

Baltar, Paulo

Working Paper

Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil

Texto para Discussão, No. 2036

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Baltar, Paulo (2015) : Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil, Texto para Discussão, No. 2036, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/121610>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

2036

TEXTO PARA DISCUSSÃO

CRESCIMENTO DA ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Paulo Baltar



CRESCIMENTO DA ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL¹

Paulo Baltar²

1. Originalmente publicado no livro *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro* (capítulo 11), sob o título “*Crescimento da Economia e do Mercado de trabalho no Brasil*”.

2. Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit). Pesquisador visitante no Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Ipea. *E-mail*: pbaltar@eco.unicamp.br

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro Roberto Mangabeira Unger

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Sergei Suarez Dillon Soares

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Bueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais, Substituto

Carlos Henrique Leite Corseuil

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Chefe de Gabinete

Ruy Silva Pessoa

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2015

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: E24; J21; J31; J40.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 CRESCIMENTO DA ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO EM 2004-2008	8
3 CRISE MUNDIAL, CRESCIMENTO DA ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO	31
4 CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS	54

SINOPSE

Em um quadro internacional favorável ao desempenho da economia brasileira, o aumento do valor do salário mínimo e a formalização dos contratos de trabalho reforçaram o crescimento do produto interno bruto (PIB), ampliando a expansão do consumo com a incorporação ao mercado de uma parte da população de baixa renda. A crise global ameaça essa elevação da condição socioeconômica dos brasileiros e exige mais ação pública, tanto para articular os investimentos públicos e privados necessários quanto para melhorar a regulação do trabalho assalariado. A melhora na regulação do trabalho assalariado é necessária para que o crescimento do PIB com maiores taxas de investimento e crescimento da produtividade, redução da elasticidade-emprego e aumento na proporção de ocupações especializadas e melhor remuneradas não resulte em aumento da dispersão relativa das rendas do trabalho.

Palavras-chave: economia brasileira; mercado de trabalho; salário mínimo; políticas públicas.

ABSTRACT

In an international framework favourable to the performance of the Brazilian economy, the increase in the minimum wage and the formalization of labour contracts boosted GDP growth, increasing consumption growth with the incorporation of part of the low-income people to the market. The global crisis that threatens the improvement of the socioeconomic condition of the Brazilians requires more public action to articulate public and private investments and to improve the regulation of wage labour. The improvement in the regulation of paid work is required for a higher GDP growth rate with higher investment and productivity growth, reducing the elasticity of employment and increasing the proportion of skilled paid occupations does not provoke increased relative dispersion of incomes work.

Keywords: Brazilian economy; labour market; minimum wage; public policy.

1 INTRODUÇÃO

A reativação do mercado de trabalho foi um dos principais determinantes da relativa melhora na condição socioeconômica da população brasileira, desde que o prolongado *boom* internacional de *commodities* passou a favorecer o desempenho econômico dos países em desenvolvimento dotados de recursos naturais. No Brasil, um crescimento do produto interno bruto (PIB) mais vigoroso e com inflação mais baixa, a partir de 2004, aumentou a geração de empregos assalariados, contribuiu para a formalização dos contratos de trabalho e elevou o poder de compra, diminuindo as diferenças de renda entre os trabalhadores.

Ao analisar e procurar relacionar o comportamento do emprego e da renda do trabalho no período 2004-2008 com o que aconteceu com a produção e os preços, é possível identificar sintomas da existência de um padrão de crescimento da economia brasileira após a abertura da década de 1990 que expressa uma forte dependência do desempenho do PIB e da inflação em relação à situação internacional do comércio e das finanças.

O estudo das relações entre produção, emprego, renda do trabalho e preço ajuda a revelar o mercado de trabalho implícito na forma de crescimento da economia brasileira depois da abertura comercial e financeira, com uma orientação de política macroeconômica que prioriza o controle da inflação, usando como instrumento principal o manejo da taxa básica de juros pelo Banco Central do Brasil (BCB), enquanto as autoridades fiscais executam o orçamento de modo a evitar que o *deficit* nominal amplie a relação entre dívida pública e PIB e o governo renuncia ao uso da taxa de câmbio como instrumento de política de desenvolvimento da produção doméstica de bens que concorrem com a produção de outros países. O governo, entretanto, notadamente desde 2006, em um quadro internacional favorável ao crescimento da economia, atuou para reforçar o aumento das rendas mais baixas, o acesso ao crédito para consumo da parte de todos trabalhadores formais, em atividade ou aposentados, e os investimentos em infraestrutura. A intensificação do crescimento do PIB contribuiu para revelar tanto as limitações do padrão de crescimento após a abertura quanto o potencial de se tentar modificar esta maneira de a economia crescer, procurando tornar o desempenho econômico menos dependente da situação internacional de comércio e finanças.

As limitações do padrão de crescimento, o potencial para se tentar modificar este padrão e os desafios que terão de ser enfrentados se tornaram mais nítidos quando a crise mundial interrompeu o crescimento da economia brasileira, no último trimestre de 2008. Dispondo de reservas internacionais e havendo pouca dívida pública externa e interna indexada à taxa nominal de câmbio, as contas do Estado não foram prejudicadas pela desvalorização do real provocada pela fuga de capital, e o governo teve recursos para reagir com eficácia para preservar a atividade da economia. O PIB diminuiu muito pouco em 2009, e a recuperação foi muito rápida em 2010. A defesa da atividade econômica manteve o bom desempenho do mercado de trabalho, especialmente nas regiões metropolitanas do país, mas as evoluções do PIB e da inflação, em 2011 e 2012, mostraram a necessidade e a dificuldade de modificar a maneira de a economia brasileira crescer, tornando seu desempenho menos dependente da situação internacional. Estas mudanças seriam fundamentais para a economia brasileira se sobrepôr à crise mundial, retornando a uma trajetória de crescimento, de modo a dar continuidade e aprofundar a melhora verificada no mercado de trabalho.

Este capítulo começa com uma análise do desempenho da economia (produção e preços) e da evolução do emprego e da renda do trabalho no período 2004-2008, quando o PIB voltou a crescer significativamente no Brasil. Em seguida, é examinada a evolução da economia e do emprego depois que a crise mundial começou a atingir o país, no final de 2008. A análise dos acontecimentos, antes e depois da crise, permite destacar a necessidade de redefinir o rumo da economia brasileira, com o intuito de manter a melhora nos indicadores do mercado de trabalho. Esta análise permite apontar uma série de desafios econômicos e regulatórios que deverão ser enfrentados em um esforço para dar continuidade e aprofundar a melhora observada na absorção da população em ocupações decorrentes da atividade econômica, com elevação do nível de renda do trabalho e redução nas diferenças de renda entre os trabalhadores.

2 CRESCIMENTO DA ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO EM 2004-2008

Os dois períodos de maior crescimento do PIB após a abertura da economia foram 1993-1997 e 2004-2008. A tabela 1 mostra que o crescimento do PIB foi muito mais intenso em 2004-2008. A base inicial é relativamente maior em 2004-2008

e, não obstante, a intensidade média do crescimento do PIB nesse período é superior. Além disso, no transcurso do período 2004-2008, o ritmo anual de crescimento do PIB aumentou, enquanto em 1992-1997 a recuperação inicial foi intensa, mas o ritmo de crescimento não se sustentou.

De fato, no final do último período, em 2007 e 2008, antes de a crise mundial atingir o país, no mês de outubro, o PIB manteve um crescimento no expressivo ritmo anual de 6%. Comparando-se 2008 com 2003, o produto interno bruto aumentou 26,5%, o que equivale a um crescimento médio anual de 4,8%; já entre 1992 e 1997, aumentou 21,6%, ou 4% ao ano (a.a.). Esse período começou com forte crescimento deste, numa média de 5,0% em 1993 e 1994, mas, depois da crise do México, no início de 1995, este ritmo de crescimento não se manteve. Além disso, como as bases iniciais dos dois períodos foram muito distintas, a diferença de intensidade média não expressa corretamente o quanto foi superior o crescimento do PIB em 2004-2008. O produto interno bruto de 1992 foi 3,8% menor que o de 1989, de modo que o crescimento médio de 4% nos cinco anos seguintes o colocou em um nível 17,1% maior que o de 1989, antes da recessão, que durou todo o governo do presidente Fernando Collor de Mello, de 1990 a 1992.

TABELA 1
Crescimento do PIB (2003-2008 e 1992-1997)

Ano	PIB 1997 = 100	Taxa de crescimento (%)	Ano	PIB 1989 = 100	Taxa de crescimento (%)
2003	110,0	-	1992	96,2	-
2004	116,3	5,7	1993	100,8	4,7
2005	120,0	3,2	1994	106,1	5,3
2006	124,8	4,0	1995	110,8	4,4
2007	132,4	6,1	1996	113,2	2,2
2008	139,3	5,1	1997	117,1	3,4

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1992; 1993; 1994; 1995; 1996; 1997; 2003a; 2004a; 2005a; 2006a; 2007a; 2008a).
Elaboração do autor.

Assim, crescer na média de 4% em 1992-1997 significou recuperar o patamar do PIB anterior à recessão e fazê-lo aumentar no ritmo de 3,2% a.a. Já o crescimento de 6% em 2007 e 2008 ocorre depois de um aumento de 13,4% entre 2003 e 2006, e o PIB de 2003 foi 10% maior que o de 1997. A crise da Ásia em 1997 paralisou o crescimento do produto interno bruto em 1998 e 1999, mas não houve queda de atividade da economia brasileira antes da retomada do crescimento em 2004.

Conclui-se, então, que 2004-2008 foi o período de maior crescimento do PIB desde o começo da abertura da economia brasileira. Para analisar esse crescimento e verificar como se comportou o mercado de trabalho, é adotada uma equação representativa da determinação da atividade econômica que destaca os principais componentes da demanda efetiva e sua influência sobre a produção doméstica e a importação de bens e serviços (equação 1).

$$\begin{aligned} C + I + EXP &= PIB + IMP \\ \text{ou} \\ \underbrace{(C + I)}_{\text{Absorção interna}} + \underbrace{(EXP - IMP)}_{\text{Absorção externa}} &= PIB \end{aligned} \quad (1)$$

A soma das compras de bens de consumo e de investimento por famílias, empresas e governo, junto com a exportação de bens e serviços, determina a produção doméstica e a importação de bens e serviços. A partir desta relação de determinação, é possível distinguir, na determinação do PIB, entre a absorção interna (consumo e investimento público e privado) e a absorção externa (diferença entre exportação e importação de bens e serviços).

A tabela 2 mostra o comércio de bens e serviços do Brasil com outros países nos dois períodos. Os dados são expressos em moeda nacional, deduzidas as inflações domésticas de cada ano. A moeda nacional valorizou-se nos dois períodos. Em 1993-1997, o real, que havia sido fixado em 1994 na base do dólar valendo R\$ 1,00, teve uma valorização nominal inicial; em seguida, a taxa de câmbio apresentou aumentos nominais inferiores à diferença entre as inflações doméstica e internacional. Em 2004-2008, por sua vez, a taxa nominal, que estava muito alta, diminuiu ao longo de todo o período e, embora a inflação doméstica tenha diminuído, continuou maior que a inflação internacional. Em dólares, portanto, o crescimento do comércio do Brasil com outros países, nos dois períodos, foi muito maior que o indicado pelas taxas de crescimento de exportações e importações de bens e serviços medidas em moeda nacional.

Os dados sobre comércio exterior nas contas nacionais mostram que o crescimento da exportação de bens e serviços foi muito forte no início dos dois períodos. Nestes momentos, a moeda nacional estava desvalorizada, favorecendo a exportação e

prejudicando a importação. Porém, a importação de bens e serviços também aumentou fortemente, particularmente em 1993, mas também em 2004. É uma característica de uma economia aberta que as importações acompanhem o desempenho do PIB. Em 1993, entretanto, a maior intensidade do crescimento da importação reflete uma demanda reprimida, tanto pela recessão anterior (de 1990 a 1992) quanto pelas dificuldades que foram colocadas para importar bens e serviços ao longo de toda a década de 1980.

TABELA 2

O comércio exterior de bens e serviços (2004-2008 e 1993-1997)

(Em %)

Ano	Exportação Taxa de crescimento anual	Importação Taxas de crescimento anual	Saldo do PIB	Ano	Exportação Taxa de crescimento anual	Importação Taxa de crescimento anual	Saldo do PIB
2004	15,3	13,3	3,9	1993	11,7	26,8	1,4
2005	9,3	8,5	3,6	1994	4,0	20,4	0,4
2006	5,0	18,5	2,9	1995	-2,0	30,7	-1,5
2007	6,2	19,9	1,5	1996	-0,4	5,6	-1,8
2008	0,6	15,4	0,2	1997	11,0	14,6	-2,2

Fonte: IBGE (1993; 1994; 1995; 1996; 1997; 2004a; 2005a; 2006a; 2007a; 2008a).
Elaboração do autor.

O saldo de comércio exterior em relação ao PIB foi muito maior em 2004 que em 1993. Em seguida, a valorização da moeda prejudicou a exportação e acentuou a importação nos dois períodos; mas, no primeiro período, o *superavit* de comércio de bens e serviços foi rapidamente eliminado e, desde 1995, se transformou em *deficit* de magnitude expressiva em relação ao PIB, enquanto no outro período o saldo de comércio diminuiu ao longo do tempo, mas só se tornou uma fração menos significativa do PIB em 2008. Isto ocorreu apesar de o crescimento do PIB ter se acelerado em 2004-2008, amplificando o efeito da valorização da moeda sobre a importação de bens e serviços, enquanto em 1993-1997 o crescimento do PIB desacelerou.

O Brasil exporta *commodities* e produtos manufaturados – estes últimos principalmente para os Estados Unidos e para países em desenvolvimento que são exportadores de *commodities*. A exportação de manufaturados é particularmente expressiva quando o mercado doméstico está deprimido e, simultaneamente, o dólar tem preço favorável à exportação, e é elevada a atividade econômica nos países que costumam importar produtos manufaturados do Brasil.

O prolongado *boom* internacional de *commodities* foi muito importante para o bom desempenho das exportações brasileiras desde 2003. O *superavit* do comércio de bens e serviços alcançou 3,9% do PIB em 2004 e, inicialmente, ocorreu tanto com *commodities* quanto com produtos manufaturados, e mais que compensou o *deficit* de serviços. Quando, ao longo do período, o produto interno bruto cresceu cada vez mais forte e o real valorizou-se, o comércio de manufaturados passou a apresentar *deficit* crescente, mas os também crescentes *superavit* de *commodities* mais que compensaram os *deficit* de manufaturados e de serviços. Não chegou a ocorrer *deficit* no comércio de bens e serviços, mas o *superavit* ficou menos expressivo como fração do PIB e tornou-se insuficiente para cobrir o *deficit* de serviço financeiro, de modo que o Brasil, em 2008, voltou a apresentar expressivo *deficit* na conta-corrente do balanço de pagamentos.

O crescimento da exportação brasileira foi muito menor em 1993-1997. Em consequência, o país teve *deficit* no comércio de bens que se somou ao *deficit* de serviço. O *deficit* da totalidade do comércio de bens e serviços, por sua vez, somou-se ao *deficit* de serviço financeiro, ocasionando expressivos *deficit* de conta-corrente ao longo de todo o período.

Em síntese, o maior crescimento da exportação tornou mais sólido o balanço de pagamentos em 2004-2008 que em 1993-1997, contribuindo para o maior crescimento do PIB em uma economia aberta, em que a política macroeconômica priorizou manter baixa a inflação e destacou o instrumento do controle tanto do dinheiro e do crédito quanto do manejo da taxa básica de juros. Para este maior crescimento da exportação brasileira em 2004-2008, foi fundamental o aumento da demanda e dos preços internacionais de *commodities*. No início do período, o real estava desvalorizado, e a exportação de produtos manufaturados cresceu muito para os Estados Unidos e para os países em desenvolvimento que são exportadores de *commodities*. Em seguida, o forte crescimento do PIB e a valorização do real ocasionaram *deficit* no comércio de produtos manufaturados, e estes *deficit* se tornaram cada vez maiores. Mas a exportação de *commodities* foi suficiente para manter o *superavit* de bens e serviços. Entretanto, o *superavit* do comércio de bens e serviços diminuiu de 3,9% do PIB para apenas 0,2% do PIB, deixando de ser suficiente para cobrir o *deficit* de serviço financeiro. Como foi dito, em 2008, voltou a ocorrer no Brasil *deficit* expressivo na conta-corrente do balanço de pagamentos, que não tinha acontecido em nenhum outro momento do período 2004-2008.

A exportação, principalmente de produtos manufaturados, foi fundamental para o início da retomada do crescimento da economia brasileira em 2004. O crescimento da exportação acelerou depois de 2002 e, em 2004, houve também um crescimento maior do consumo e do investimento no Brasil (tabela 3). O ritmo de crescimento da exportação de bens e serviços (15,3%) foi bem maior que o do crescimento do consumo (3,9%) e o do investimento (9,1%), levando a um *superavit* excepcional do comércio de bens e serviços, que, como mencionado, atingiu 3,9% do PIB. Houve, então, um intenso aumento do PIB em 2004, explicado preponderantemente pela absorção externa, haja vista que a intensidade do crescimento do PIB (5,7%) foi maior que a do crescimento da soma de consumo e investimento (4,7%), a chamada absorção interna.

O comércio com outros países, portanto, foi fundamental para aumentar o ritmo de crescimento do PIB em 2004 e induziu um maior aumento do consumo e do investimento. Assim, o aumento do *superavit* de comércio de bens e serviços (a chamada absorção externa) foi o principal componente do aumento da demanda efetiva em 2004, fazendo o PIB crescer mais intensamente que a absorção interna (soma do consumo e investimento). No comércio de bens e serviços, destacou-se, inicialmente, a exportação de produtos manufaturados, colaborando para que em 2004 o ritmo de crescimento da produção manufatureira (8,5%) fosse bem maior que o do crescimento do PIB (5,7%).

TABELA 3

Crescimento do consumo público e privado e do investimento (2003-2008)

(Em %)

Ano	Consumo	Investimento	Consumo + investimento	PIB	Indústria de transformação
2004	3,9	9,1	4,7	5,7	8,5
2005	3,9	3,6	3,9	3,2	1,3
2006	4,6	9,8	5,4	4,0	1,0
2007	5,8	13,9	7,2	6,1	5,6
2008	5,0	13,6	7,2	5,1	3,2

Fonte: IBGE (2003a; 2004a; 2005a; 2006a; 2007a; 2008a).
Elaboração do autor.

As autoridades brasileiras demoraram a perceber que o quadro internacional tinha ficado favorável ao desempenho da economia nacional, induzindo mais atividade com menos inflação. A preocupação em baixar a inflação, que realmente

tinha ficado muito alta, após as desvalorizações do real em 1999, em 2001 e em 2002, junto com a intensidade do crescimento da produção industrial e do PIB em 2004, levou as autoridades a determinarem o aumento da taxa básica de juros no segundo semestre desse ano; e esta atitude quase abortou a retomada do crescimento do PIB no Brasil (Carneiro, 2006). O aumento da taxa básica de juros sinalizou para as empresas que o governo, em nome do controle da inflação, não deixaria a atividade econômica aumentar; e esta percepção abalou a retomada do investimento.

Assim, em 2005, o investimento cresceu muito menos que no ano anterior, e a absorção interna desacelerou. A queda no ritmo de crescimento do PIB, entretanto, foi ainda maior que a do crescimento da absorção interna, porque houve forte redução no *superavit* do comércio de bens e serviços em relação ao PIB. Desde 2004, a taxa nominal de câmbio começou a diminuir, e reduziu o crescimento do comércio de bens e serviços em reais, afetando mais o ritmo da exportação – queda em 6,0 pontos percentuais (p.p.) em 2005 – que o da importação – queda em 4,8 p.p. em 2005. Em dólares, o *superavit* de comércio continuou enorme e permitiu repetir o expressivo saldo positivo da conta-corrente do balanço de pagamento. A dívida externa diminuiu, e a reserva internacional aumentou, fortalecendo a posição do país em termos de balanço de pagamentos. A queda nominal do preço do dólar em real, relacionada com a melhora no balanço de pagamentos, foi acentuada por apostas na valorização do real no mercado de derivativos de câmbio (Farhi, 2010). A inflação doméstica diminuiu com a taxa nominal de câmbio, mas continuou maior que a dos parceiros do comércio brasileiro de bens e serviços, gerando uma forte valorização do real. A diminuição no ritmo do investimento e da exportação de produtos manufaturados, ao lado da maior importação barata de produtos manufaturados, prejudicou principalmente o ritmo de crescimento da produção da indústria de transformação, que diminuiu de 8,5% (2004) para 1,3% (2005). A manutenção do ritmo de crescimento do consumo neste último ano evitou uma redução ainda maior no crescimento do PIB e está relacionada com o aumento do emprego e a recuperação do poder de compra da renda do trabalho, favorecida pela diminuição da inflação, além do início do aumento de demanda e oferta de crédito para o consumo de bens duráveis.

A desaceleração no crescimento do PIB foi momentânea e reverteu-se em 2006. A queda da inflação e as mudanças numa parte do comando da política econômica

no segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República permitiram relaxar a contenção monetária e fiscal à atividade da economia, e, então, acelerou o crescimento do consumo e do investimento (Barbosa e Souza, 2010). A continuação da redução na taxa nominal e real de câmbio deu prosseguimento à diminuição do *superavit* de comércio de bens e serviços em relação ao PIB, confirmando o deslocamento do eixo do crescimento da economia da absorção externa para a absorção interna. O PIB passou a crescer cada vez mais rápido, porém a um ritmo menor que o da absorção interna; em simultâneo, o ritmo de crescimento da produção industrial foi menor que o do crescimento do PIB.

Essa parece ser uma característica do tipo de crescimento que se desenvolveu na economia brasileira depois da abertura comercial e financeira, com uma política macroeconômica que prioriza o controle da inflação e destaca a contenção monetária e fiscal como instrumento para manter baixa a inflação. Nestas circunstâncias, a economia cresce somente em condições internacionais favoráveis à exportação e à entrada de capital. Inicialmente, é a própria exportação, principalmente de produtos manufaturados, que reativa a economia, mas é o consumo e o investimento que reforçam o crescimento do PIB. A exportação e a entrada de capital contribuem para que o crescimento cada vez mais forte do PIB não desequilibre o balanço de pagamentos. Porém, sem um controle da entrada de capital e na presença de um mercado de derivativos de câmbio atuando livremente, as condições favoráveis ao crescimento da exportação e à entrada de capital tendem a valorizar a moeda nacional, afetando a maneira de crescer da economia.

A continuidade do vigoroso aumento da exportação em dólares é fundamental para que prossiga esse crescimento da economia, mas a valorização da moeda nacional dificulta a diversificação da exportação e tende a promover a substituição de produção doméstica por importação, principalmente de produtos manufaturados em que o país não tenha previamente construído vantagem comparativa (Baltar, 2013). Dependendo da intensidade do crescimento do consumo e do investimento, o crescimento da produção industrial pode ser vigoroso, não somente com produtos em que o país já tinha vantagem comparativa, mas também com produtos em que seja mais fácil construir estas vantagens quando é intenso o aumento da demanda doméstica por tais produtos (Sarti e Hiratuka, 2011). Em todo caso, com a valorização da moeda nacional, o crescimento da produção industrial tende a ocorrer em ritmo inferior ao do crescimento do PIB, e este tende a ser menor que o crescimento da soma de

consumo e investimento. Neste sentido, o crescimento do consumo e do investimento no Brasil promove a produção e a geração de emprego não apenas no país, mas também em seus parceiros comerciais, especialmente nos países que fornecem os produtos manufaturados importados pelo Brasil.

As relações destacadas são importantes para compreender o crescimento da economia desde 2004 e a evolução do mercado de trabalho. No início, a intensificação do crescimento do PIB foi provocada pelo aumento da exportação com forte conteúdo industrial. Esta intensificação do crescimento do PIB, com moeda nacional ainda desvalorizada, repercutiu na geração de emprego e, ao mesmo tempo, fortaleceu o balanço de pagamentos, reduzindo o preço do dólar e a inflação, criando as condições favoráveis para a aceleração do consumo e do investimento. O emprego e a renda do trabalho aumentaram em circunstâncias nas quais a melhora no balanço de pagamento e a queda da inflação sinalizavam a continuidade do crescimento do PIB e do aumento do emprego, bem como da renda do trabalho (Baltar, 2013). Nestas circunstâncias, e apesar das altas taxas de juros, as famílias são estimuladas a se endividar para comprar bens de consumo, especialmente bens duráveis, antecipando aumentos de renda. Da mesma forma, as instituições financeiras são encorajadas a emprestar, porque acreditam que as famílias serão capazes de pagar suas dívidas. O crescimento da exportação e do consumo induz o aumento do investimento, que passa a crescer em ritmo maior que o da exportação e do consumo, caracterizando a aceleração do crescimento do PIB, com o aumento da taxa de investimento (relação entre investimento e PIB).

Nessa relação, entretanto, ressalta-se uma peculiaridade do crescimento do período 2004-2008, que marcou o desempenho do mercado de trabalho que este crescimento da economia comportou. A intensidade do aumento do valor da exportação de *commodities* e a liberdade permitida à entrada de capital, bem como ao desenvolvimento e à operação do mercado de derivativos de câmbio levaram à valorização do real que marcou o crescimento da economia em 2004-2008. A facilitação da importação, com um preço em moeda nacional cada vez mais baixo, contribuiu para acelerar o consumo e o investimento, mas de um modo que a absorção interna (consumo e investimento) cresceu mais intensamente que o PIB, e este último mais intensamente que a produção industrial. Os crescimentos do PIB e da própria produção industrial foram muito expressivos em 2007 e 2008, mas, pela primeira vez desde que começou a industrialização do país, em meados da década de 1930, um forte crescimento do PIB foi acompanhado de

crescimento da produção industrial em ritmo menor que o do PIB. Este resultado reflete, em parte, o limitado aumento da taxa de investimento (a formação de capital passou aproximadamente de 16% para 19% do PIB), devido ao atraso nos investimentos em infraestrutura, que, por envolverem maiores montantes de recursos, escala e prazo de maturação, têm caráter mais autônomo, exigindo uma articulação mais complicada da autoridade pública com os interesses privados. Mas a valorização do real também limitou a expansão da indústria a ramos em que fosse possível desenvolver vantagem em comparação com as importações, diante de intenso aumento na demanda doméstica pelos produtos. Um crescimento mais forte do PIB, sem tanto aumento da taxa de investimento e com forte aumento da importação de produtos manufaturados, tem implicações sobre a relação entre os crescimentos do emprego e do PIB (elasticidade-emprego do crescimento da economia) e sobre a maneira como se logrou a elevação do poder de compra da renda do trabalho.

A elasticidade do emprego ficou muito alta no início do crescimento, quando, com a moeda nacional desvalorizada, o *boom* internacional de *commodities* provocou forte aumento da exportação brasileira com alto conteúdo de produtos manufaturados. A produção industrial cresceu vigorosamente para atender simultaneamente ao aumento do consumo doméstico, à reativação do investimento, bem como à exportação para os Estados Unidos e para os países em desenvolvimento que são exportadores de *commodities*. Antes do *boom* das *commodities*, o real estava desvalorizado, mas a elevada inflação fazia a política econômica constranger a absorção interna, e o PIB crescia muito pouco a partir da absorção externa. Não obstante, a produção industrial crescia em ritmo algo maior que o do PIB (tabela 4). O real tinha ficado muito desvalorizado, e o mercado doméstico estagnou. A exportação ajudou a manter algum crescimento da produção industrial e do PIB antes de 2004, e o número de pessoas ocupadas aumentou em ritmo maior que o do PIB, provocando diminuição do PIB por pessoa ocupada. Com pouco investimento na expansão e renovação da capacidade produtiva instalada, o crescente uso desta, a partir de 2003, gerou emprego e aumentou pouco o PIB por pessoa ocupada. A exportação acelerou o crescimento do PIB em 2004, e o crescimento do número de pessoas ocupadas ficou ainda maior, revelando a elevada elasticidade do emprego no início do crescimento 2004-2008. A subsequente valorização do real alterou a relação entre os crescimentos do PIB e do emprego. A intensidade do *boom* internacional de *commodities* – assim como a política macroeconômica de

altos juros, bem como a liberdade de entrada e saída de capital e a liberdade para o desenvolvimento e a operação do mercado de derivativos de câmbio – foi responsável pela valorização do real, que ajudou a acelerar a expansão da absorção interna, mas retraiu a expansão da absorção externa, fazendo o PIB crescer rapidamente, porém com menos vigor que a absorção interna. A produção industrial, estimulada pelo consumo e investimento, também terminou crescendo rapidamente, porém em ritmo menor que o do PIB, e foi desproporcional o aumento da importação de produtos manufaturados. Como será visto em seguida, tudo isto afetou a elasticidade-emprego do crescimento do PIB.

TABELA 4
Crescimento do PIB e da ocupação das pessoas (2001-2008)
 (Em %)

Período	Consumo + investimento	PIB	Produção industrial	Pessoas ocupadas	Emprego formal	Outras ocupações
2001-2003	0,1	1,9	2,1	2,4	3,5	1,7
2003-2005	4,3	4,4	4,8	3,0	5,0	1,7
2005-2008	6,5	5,1	3,2	2,3	5,8	-0,2

Fonte: Contas Nacionais (IBGE, 2001; 2002a; 2003a; 2004a; 2005a; 2006a; 2007a; 2008a) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (IBGE, 2002b; 2003c; 2004c; 2005c; 2006c; 2007c; 2008c; 2009c).
 Elaboração do autor.

Desde 2005, se notam os efeitos da valorização do real sobre o crescimento da economia. O PIB passou a crescer em ritmo inferior ao do crescimento da absorção interna, e a produção industrial deixou de crescer mais intensamente que o PIB, diminuindo a elasticidade do emprego. Com pouco investimento em infraestrutura e no desenvolvimento da produção manufatureira, a ampliação da absorção interna viabilizada pelo extraordinário aumento do valor da exportação de *commodities* fez o PIB e a própria produção industrial crescerem rapidamente, porém bem menos que a absorção interna, e ficou menor o ritmo de crescimento do número de pessoas ocupadas em relação ao do crescimento do PIB.

Para avançar na compreensão das razões dessa queda da elasticidade do emprego, é útil a comparação do crescimento no período 2004-2008 com o que ocorria com o emprego no crescimento da economia brasileira antes da crise da dívida externa na década de 1980. Nas décadas de 1950 a 1980, o PIB crescia no ritmo médio de 7% a.a., aumentando o número de pessoas ocupadas em proporção semelhante à do aumento do PIB por pessoa ocupada, indicando que a elasticidade do

emprego se situava próximo de 0,5. O aumento do PIB por pessoa ocupada no ritmo de aproximadamente 3,5% a.a. refletia uma taxa de investimento relativamente alta, mas com um forte crescimento do consumo, especialmente de bens duráveis. O produto interno bruto crescia intensamente e ocupava uma capacidade de produção que aumentava e se renovava constantemente, elevando a produtividade do trabalho. A massa total de renda do trabalho também aumentava fortemente, em ritmo não muito menor que o do crescimento do PIB, com a renda média do trabalho ampliando-se em ritmo não muito inferior ao PIB por pessoa ocupada. A renda média é o que obteria cada trabalhador caso não houvesse diferenças de renda entre eles, mas no Brasil estas são grandes e aumentaram com o crescimento da economia, antes da crise da dívida externa da década de 1980.

No crescimento da economia no período 2004-2008, a taxa de investimento aumentou, mas ficou bem aquém do nível prevalecente antes de 1980, devido ao atraso nos investimentos para renovar e ampliar a infraestrutura e também aos efeitos da forte valorização do real sobre a expansão do setor industrial. Em particular, a possibilidade de importação barata de produtos manufaturados levou à eliminação de capacidade em ramos industriais que não conseguiram competir com a importação, apesar da intensidade do crescimento da demanda doméstica pelos produtos e de poder importar barato máquinas tecnologicamente atualizadas. Antes de sua eliminação, o uso desta capacidade não somente gerava emprego na indústria diretamente afetada, mas também induzia produção e emprego em outros ramos da própria indústria e em outros setores de atividade. A crescente importação de produtos manufaturados eliminou muito destes empregos, especialmente os localizados nas etapas anteriores da cadeia de produção. Os investimentos realizados na indústria e em outros setores de atividade aumentaram e renovaram a capacidade de produção, que não sofre concorrência de produtos importados ou que pôde construir vantagem para competir pelos produtos, apesar da moeda valorizada, diante do forte crescimento da demanda doméstica, podendo importar com preços mais baixos máquinas mais sofisticadas. O uso da capacidade produtiva não eliminada e da que se ampliou e se renovou com o investimento gerou emprego que mais que compensou o que foi eliminado, mas o crescimento do emprego passou a ocorrer em ritmo que ficou menor na comparação com a maior intensidade do crescimento do PIB. Ao longo do período 2004-2008, o PIB por pessoa ocupada passou a aumentar rapidamente, e não somente por causa da maior taxa de investimento. A importação barata de produtos manufaturados colaborou para o PIB aumentar com maior rapidez

comparativamente ao aumento do número de pessoas ocupadas. No início da retomada do crescimento, em 2004, a elasticidade-emprego foi muito alta, com pouco aumento do PIB por pessoa ocupada, mas a aceleração do crescimento do PIB ocorreu com redução da elasticidade-emprego e aumento mais forte do PIB por pessoa ocupada. Este aumento mais forte do PIB por pessoa ocupada reflete, em parte, a melhora dos termos de troca, com a elevação dos preços das *commodities* em relação aos produtos manufaturados. Assim, uma parte do aumento do PIB por pessoa ocupada verificado no período 2004-2008 pode regredir se não for mais possível continuar a importação relativamente barata de produtos manufaturados. Caso esta possibilidade seja interrompida, revertendo-se a melhora nos termos de troca do comércio exterior brasileiro, ocorreria uma redução imediata no PIB por pessoa ocupada. Desta forma, confirmar-se-ia que uma parte da maior “produtividade” do sistema de produção doméstico em 2004-2008 foi consequência da melhora nos termos de troca do comércio exterior, com a elevação internacional dos preços das *commodities*, que reforçou o efeito do modesto aumento da taxa de investimento, que é o verdadeiro determinante do aumento da produtividade da economia.

Em síntese, o *boom* internacional de *commodities*, a política macroeconômica priorizando o controle da inflação por meio da contenção monetária e das altas taxas de juros, a liberdade de movimento de capital e a liberdade para desenvolver e operar o mercado de derivativos de câmbio marcaram tanto a retomada de crescimento da economia, em 2004-2008, quanto o mercado de trabalho que este crescimento comportou. Inicialmente, predominou a absorção externa na determinação do crescimento do PIB, e foi muito elevada a elasticidade do emprego. A moeda nacional valorizou-se, e houve aceleração da absorção interna e desaceleração da absorção externa. O PIB intensificou seu crescimento, mas o crescimento do emprego não acompanhou o ritmo do produto, e acelerou-se o aumento do PIB por pessoa ocupada. Tudo isto com uma taxa de investimento que, embora aumentando, se manteve em um patamar relativamente baixo para as circunstâncias de um auge de atividade da economia.

Outra característica do mercado de trabalho na retomada do crescimento da economia em 2004-2008 foi o intenso aumento do emprego formal, aquele em que o contrato de trabalho respeita a legislação existente sobre trabalho e

Previdência Social. O emprego formal, que antes da retomada do crescimento da economia já vinha crescendo em ritmo maior que o do número total de pessoas ocupadas, ampliou ainda mais esta diferença após a retomada do crescimento. A crescente formalização dos contratos de trabalho dificulta a percepção da diminuição da elasticidade-emprego do crescimento do PIB em 2004-2008, porque, comparativamente ao ritmo de crescimento do PIB, a intensidade do crescimento do emprego formal aumentou.

Para entender a crescente formalização dos contratos de trabalho nos anos 2000, é preciso levar em conta o que aconteceu no Brasil ao longo da década de 1990, a partir da abertura comercial e financeira. A maneira como o sistema empresarial adaptou-se à abertura da economia reduziu fortemente o emprego formal. Todo o acréscimo de pessoas ocupadas ocorreu em outras posições na ocupação, diferentemente do emprego celetista e estatutário – contratos segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o Estatuto do Servidor Público. O emprego formal em 1999 foi menor que em 1989 (Baltar, 2003). Na década de 1990, cresceram, principalmente, o trabalho por conta própria e o emprego sem carteira. As grandes empresas que geram diretamente somente emprego formal reduziram o quadro de pessoal em aproximadamente um terço, devido à redução no número de linhas de produção. Estas empresas aumentaram a importação de partes e componentes dos seus produtos e passaram a fazer mais uso de serviços de terceiros para realizar atividades antes executadas por empregados. Tal racionalização das atividades reduziu o emprego nas grandes empresas e abalou o movimento sindical, que tinha se reativado fortemente na década de 1980. Uma parte da redução do emprego nas grandes empresas foi a simples eliminação de postos de trabalho, mas outra parte foi o deslocamento de postos de trabalho para empresas menores, fornecedoras e prestadoras de serviço para grandes empresas. Houve uma proliferação de empresas pequenas, acompanhada de maior frequência de evasão de impostos e contribuições sociais, ampliando-se, ao mesmo tempo, a incidência de empregos sem carteira profissional. Os efeitos da informalização das empresas e dos contratos de trabalho sobre a arrecadação de impostos e de contribuições sociais ficaram diluídos em um processo mais amplo, de intenso aumento da dívida pública, que ocorreu ao longo da década de 1990.

Um aspecto central na estratégia do Plano Real para baixar a inflação foi a política de contenção monetária e de altas taxas de juros, visando, simultaneamente, estimular

a entrada de capital e evitar que uma reativação mais forte da economia dificultasse a diminuição da inflação, que se lograria, fundamentalmente, a partir da manutenção da taxa nominal de câmbio. Com uma parte expressiva da dívida pública indexada à taxa básica de juros, resultado de um esquema montado em meados da década de 1980 para facilitar o refinanciamento desta dívida em condições de alta inflação, a estratégia de manter a taxa básica de juros bem maior que a inflação tende a aumentar o montante da dívida pública em relação ao PIB. O problema agravou-se após a crise do México, quando as autoridades brasileiras tentaram enfrentar a fuga de capital, elevando ainda mais a taxa básica de juros. O problema foi momentaneamente contornado, reduzindo-se a emissão de dívida pública indexada à taxa básica de juros e aumentando-se a emissão de dívida pública indexada à taxa de câmbio. Naquele momento, a dívida pública indexada à taxa de câmbio era especialmente atrativa, porque permitia construir mecanismos de proteção para quem tinha obrigações de pagamentos em dólar diante da eventualidade de uma desvalorização do real. A desvalorização do real no início de 1999 explicitou plenamente a repercussão da maneira como se controlou a inflação na década de 1990 sobre as finanças públicas (Carneiro, 2002; 2006; Marcolino e Carneiro, 2010). A dívida pública ficou enorme em relação à dimensão do PIB e, portanto, em relação à base tributária.

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988) criou um amplo sistema de proteção social, a ser financiado com novas contribuições, que incidem, basicamente, sobre o faturamento e o lucro líquido das empresas. As efetivações das medidas previstas na Constituição elevaram a carga tributária no Brasil de 25% para 35% do PIB. Este aumento da carga de impostos e contribuições sociais foi fundamental para viabilizar a política macroeconômica adotada em 1999, com a finalidade de evitar o retorno da inflação no Brasil, de forma a preservar a abertura da economia e o desenvolvimento do setor financeiro ocorridos nos anos 1990 (Carneiro, 2006).

A continuidade da política de contenção monetária e a manutenção de altas taxas de juros foram garantidas por meio do pagamento de uma parte importante dos juros da dívida pública com um *superavit* da arrecadação de impostos e contribuições sociais sobre as despesas não financeiras do governo federal. O uso dos recursos que a Constituição vinculou ao Sistema Nacional de Seguridade Social para pagar juros só foi possível com a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que autorizou outros usos para 20% da arrecadação de impostos e contribuições sociais. A premência de obter este *superavit* fiscal primário para poder administrar a enorme dívida pública com alta taxa de juros fez mudar radicalmente a atitude do Estado brasileiro quanto à fiscalização da correta formalização das empresas e o pagamento de impostos e contribuições sociais.

O Fisco, então, ficou muito mais atento à formalização dos negócios e ao cumprimento das obrigações tributárias e contributivas, centralizando a fiscalização nos órgãos especializados da Receita Federal (Baltar, Moretto e Krein, 2006). A partir de 1996, simplificou-se a formalização aos pequenos negócios e reduziram-se os encargos mediante o Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições Sociais das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples). A eficácia deste estímulo é muito maior quando se fiscaliza com mais rigor o cumprimento das normas. Outros órgãos públicos também mudaram de atitude. O Ministério Público do Trabalho (MPT) cuidou mais de denunciar as fraudes nos contratos de trabalho. Os ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e da Previdência Social (MPS) fiscalizaram com mais rigor a assinatura da carteira profissional e a arrecadação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A Justiça do Trabalho criou jurisprudência acerca da responsabilidade compartilhada, obrigando o contratante de serviços de terceiros a fiscalizar o cumprimento dos encargos do trabalho e da Previdência Social pela contratada. O próprio crescimento da economia estimulou a formalização dos negócios, porque apenas empresas corretamente formalizadas têm acesso ao sistema de crédito e às compras do governo, que crescem com a economia. Além disso, com a retomada do crescimento, as grandes empresas voltaram a aumentar o quadro de pessoal. Em todo caso, é muito mais difícil para empresas formalizadas integrantes do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) simplesmente não assinarem a carteira profissional, deixando de cumprir as leis do trabalho e da Previdência Social. Assim, desde 1999, mas acentuando-se após 2004, foi desproporcional o crescimento do emprego com carteira profissional, ampliando-se progressivamente a proporção de

pessoas ocupadas com contrato de trabalho em conformidade com a CLT (Mancambira, 2006; Cardoso Júnior, 2007). Os contratos de trabalho, seguindo a CLT ou o Estatuto do Servidor Público, correspondiam a aproximadamente 55% das pessoas ocupadas no final da década de 1970, diminuindo para 53% no final da década seguinte e alcançando somente 43% no final dos anos 1990, ilustrando o impacto da estagnação da economia e os efeitos da abertura sobre o mercado de trabalho. Desde então, os contratos de trabalho corretamente formalizados vêm aumentando como proporção do número de pessoas ocupadas, alcançando 45% em 2004 e 48% em 2008. Atualmente, este número deve estar próximo de 50%, ainda bastante longe de 55%, verificado antes da crise da dívida externa.

Para compreender as razões pelas quais um forte aumento do emprego formal amplia de forma relativamente lenta a participação do emprego formal no total da ocupação das pessoas, é importante levar em conta que a incidência relativa das diversas posições na ocupação, diferentemente do emprego formal, varia com a idade das pessoas. O trabalho sem remuneração, em ajuda de negócios de outros membros da família, e o emprego sem carteira profissional são mais frequentes entre pessoas jovens; enquanto o trabalho por conta própria e os pequenos empregadores são mais comuns entre pessoas adultas. O estreitamento do mercado de trabalho e a crescente informalidade dos negócios e dos contratos de trabalho na década de 1990 dificultaram a entrada do jovem na atividade econômica e a permanência do adulto no mercado de trabalho. Os adultos com alto nível de qualificação, especialmente aqueles do quadro de empregados permanentes das empresas, têm grande probabilidade de manter o emprego formal, mas aqueles que ocupam postos de trabalho sem exigências especiais de qualificação – em que o vínculo de emprego não é estável e é alta a rotatividade da mão de obra –, com o avanço da idade, têm crescente dificuldade de obter outro emprego e tendem a ser expulsos do mercado de trabalho, sendo obrigados a montar um negócio próprio, com ou sem condições favoráveis para o êxito destes empreendimentos.

A retomada do crescimento da economia e a reversão da tendência à informalidade dos negócios e dos contratos de trabalho colocam o problema de ter de refazer o mercado de trabalho, atraindo o jovem para o emprego formal e mantendo o adulto neste mercado. É improvável que o adulto expulso do mercado de trabalho queira ou possa retornar àquele mercado com o crescimento da economia, de modo que a redução

da fração de pessoas ocupadas que trabalham por conta própria, isoladamente ou com a ajuda de outros membros da família, ou que são pequenos empregadores, deverá ocorrer lentamente e na medida em que a maior parte do acréscimo da população ativa seja absorvida em empregos formais, bem como uma parcela substancial desta população continue no mercado de trabalho quando se torne adulta, em vez de ser expulsa deste mercado, sendo obrigada a montar um negócio por conta própria.

A reconstrução do mercado de trabalho, atraindo o jovem para o emprego formal e mantendo o adulto neste tipo de emprego, pressupõe a melhora nas condições de trabalho e remuneração. É o que tenderá a ocorrer se continuar o crescimento da economia com baixa inflação, criando as condições para melhorar a interação de patrões e empregados, bem como facilitando o avanço das ações coletivas dos trabalhadores. No exame deste assunto, é importante considerar que a relativamente baixa participação do emprego formal na ocupação das pessoas ativas e seu lento aumento com o crescimento da economia não significam oferta elástica de mão de obra. Entre as pessoas com idade para trabalhar, muitas realizam atividade econômica, mas não estão no mercado de trabalho. No Brasil, o início precoce da participação na atividade econômica, o pequeno tamanho dos quadros de pessoal permanente das empresas e as altas taxas de rotatividade no emprego fizeram o mercado de trabalho ser composto de pessoas relativamente jovens. Isto ajudou a tornar extremamente maleável o mercado de trabalho e levou a altas taxas de exploração na época do regime militar, que reprimiu qualquer tentativa de oposição coletiva dos trabalhadores a esta excessiva exploração da força de trabalho. Esta situação, entretanto, vem se modificando parcialmente não apenas com a democratização do país, mas também com a redução do crescimento da população, suas implicações sobre a estrutura etária e o adiamento da entrada do jovem na atividade econômica.

A população vem diminuindo seu ritmo de crescimento no Brasil desde o final da década de 1960. Os demógrafos têm destacado as modificações na composição etária da população provocadas pela diminuição no ritmo de seu crescimento, especialmente o aumento da proporção de pessoas com 15 a 64 anos, com uma diminuição da parcela que tem menos de 15 anos maior que o aumento da que tem 65 anos ou mais de idade. Para o mercado de trabalho, são também importantes as modificações na própria composição etária da população ativa, em consequência da dinâmica demográfica e também da queda na taxa de participação na atividade econômica da população com 15 a 19 anos, principalmente do sexo masculino, que ainda é muito alta no Brasil

(Leone e Baltar, 2010). O número de pessoas com 15 a 19 anos vem diminuindo a cada ano, e o das pessoas com 20 a 24 anos logo começará a diminuir. A população ativa, entretanto, continuará aumentando em ritmo relativamente intenso, porque o contingente que atinge a idade de maior participação na atividade econômica é ainda muito grande comparativamente ao contingente que deixa a atividade econômica.

A taxa de desemprego de jovens é muito alta, e diminuirá em ritmo lento se continuar a elevada rotatividade da mão de obra no emprego. Entre os jovens, pesam muito o trabalho não remunerado em ajuda de negócios próprios de outros membros da família e o emprego sem carteira profissional. A continuação do crescimento da economia e do emprego formal irá progressivamente diminuindo, entre os jovens, a taxa de desemprego e os pesos do trabalho não remunerado e do emprego sem carteira profissional. Já a permanência do adulto no emprego formal pressupõe uma maior frequência de postos de trabalho com exigências especiais de qualificação e a redução da rotatividade da mão de obra no emprego, mesmo em postos de trabalho sem exigências especiais de qualificação, o que tende a ocorrer com a continuação do crescimento da economia, mas pode exigir mais organização dos trabalhadores para reivindicar coletivamente melhores condições de trabalho e remuneração, ampliando a fração dos empregos permanentes.

O crescimento do PIB, com forte aumento do emprego formal e baixa inflação, tem favorecido, desde 2005, o aumento do poder de compra da renda do trabalho (tabela 5). O nível da renda do trabalho estava muito baixo em 2004. A mediana identifica o centro da distribuição das pessoas ocupadas por nível de renda. No mês de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2004, o poder de compra da mediana das rendas do trabalho foi 14% menor que o verificado pela pesquisa de 1998 (Lopes, 2009). Entre estes dois anos, os preços relativos evoluíram desfavoravelmente ao poder de compra da renda do trabalho. As desvalorizações do real em 1999, 2001 e 2002 aumentaram a inflação; o lento aumento do PIB e a ampliação da taxa de desemprego, por seu turno, dificultaram os reajustes das diversas categorias profissionais. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), grande parte das negociações coletivas de salário nessa época resultou em reajustamentos menores que a inflação (Dieese, 2011). Além destas mudanças de preço relativo, foi também importante para a queda no valor da mediana das rendas do trabalho entre 1998 e 2004 o fato de o lento aumento do PIB (16% nos seis anos) ter sido acompanhado de expressivo aumento no número

de pessoas ocupadas (18%). Este aumento do número de pessoas ocupadas ocorreu em postos de trabalho com renda menor que a mediana. As rendas do trabalho menores que a mediana, entretanto, tiveram aumentos de poder de compra entre 1998 e 2004. O valor do percentil 25, que identifica o centro da distribuição das rendas do trabalho menores que a mediana, aumentou 12% entre 1998 e 2004 (Lopes, 2009). Foi muito importante para este aumento do poder de compra das rendas inferiores à mediana o aumento do valor do salário mínimo que vinha ocorrendo desde 1995 e continuou, apesar do aumento da inflação, decorrente das desvalorizações do real. Em 1998, o percentil 25 era 7% maior que o salário mínimo; em 2004, por sua vez, passa a ser exatamente igual ao salário mínimo. Já o percentil 75, que identifica o centro da distribuição das rendas do trabalho maiores que a mediana, teve também 14% de queda no poder de compra entre 1998 e 2004. A renda da maior parte das ocupações adicionais, que surgiram entre 1998 e 2004, situou-se entre o percentil 25 e a mediana. Isto contribuiu para reforçar as diminuições verificadas na mediana e no percentil 75, ao mesmo tempo que ajudou a aumentar o valor do percentil 25.

TABELA 5
Evolução da renda do trabalho (1998, 2004 e 2008)

Ano	P ₂₅	P ₅₀	P ₇₅	Salário mínimo (R\$)
1998	100,0	100,0	100,0	100,0
2004	111,8	86,0	86,8	122,0
2008	146,9	106,2	102,1	162,7

Fonte: IBGE (2000; 2005c; 2009c).

Elaboração do autor.

Obs.: P₂₅, P₅₀ e P₇₅ correspondem a, respectivamente, percentil 25, percentil 50 e percentil 75.

A queda generalizada do poder de compra das rendas do trabalho maiores que o salário mínimo, entre 1998 e 2003, tem relação com o lento aumento do PIB, o elevado desemprego e a alta inflação. Por consequência, em conjunto com o aumento do valor do salário mínimo e a geração expressiva de empregos com renda entre o percentil 25 e a mediana, provocou uma redução nas diferenças de renda entre os trabalhadores. A média das diferenças de renda entre os trabalhadores diminuiu mais que a média das rendas do trabalho, como indica a redução do índice de Gini ocorrida entre 1998 e 2004. O índice de Gini das rendas das pessoas ocupadas passou de 0,575 para 0,547 entre estes dois anos (Lopes, 2009).

A retomada do crescimento do PIB com baixa inflação em 2004-2008 aumentou o valor da mediana das rendas do trabalho em 23,4%. O aumento nominal da mediana foi de 50%, ou 10,7% a.a.; magnitude superior às dos reajustes nominais de salário

da maioria das categorias profissionais, indicando a importância do acréscimo do número de pessoas ocupadas ter ocorrido em postos de trabalho com renda entre a mediana e o percentil 75. O PIB aumentou 19,7% entre 2004 e 2008, enquanto o número de pessoas ocupadas aumentou 9,6%. No conjunto dos quatro anos, o percentil 25 teve aumento de poder de compra de 31,4% – com ritmo análogo ao do aumento no valor do salário mínimo –, enquanto o percentil 75 aumentou seu valor em 17,6%, proporção menor que a do aumento do valor da mediana. Não foi somente a mudança de preços relativos que provocou o aumento no valor das rendas do trabalho. O aumento do número de pessoas ocupadas com renda entre a mediana e o percentil 75 (1,5 e 2,7 salários mínimos em 2004) contribuiu para reforçar o aumento da mediana e suavizar o do percentil 75.

O aumento do valor do salário mínimo, os reajustes das categorias profissionais maiores que a inflação e a geração de postos de trabalho com renda entre a mediana e o percentil 75 fizeram com que o aumento na média das diferenças de renda entre os trabalhadores fosse menor que o aumento da média das rendas do trabalho, dando continuidade à queda do índice de Gini. Na realidade, foi pela primeira vez, desde que se conta com informação abrangente sobre a distribuição de renda das pessoas ocupadas, que um aumento expressivo do PIB ocorreu com redução nas diferenças relativas de renda do trabalho.

É ilustrativo do que aconteceu em 2004-2008 em comparação com o verificado na época em que o país se industrializou, antes da crise da dívida externa na década de 1980. A industrialização provocou um crescimento mais intenso do PIB, e a renda média do trabalho aumentou mais fortemente que em 2004-2008, mas com ampliação da dispersão relativa destas rendas. O intenso crescimento do PIB, comandado pela ampliação da produção industrial (especialmente, as consolidações de grandes empresas privadas e de organizações públicas), fez crescer desproporcionalmente o número de ocupações com rendas maiores que o percentil 75, ampliando a dimensão relativa da chamada classe média, que a rigor se localizava, na época, acima do percentil 90. Isto foi consequência da ditadura militar, que reprimiu o salário mínimo e os reajustes das categorias profissionais. Já em 2004-2008, o crescimento do PIB e o aumento da renda média do trabalho foram menores que na industrialização, e a maior parte do aumento das pessoas ocupadas teve renda entre a mediana e o percentil 75. Ao mesmo tempo, foi muito intenso o aumento do valor do salário mínimo, bem como os reajustes das categorias profissionais foram maiores que a inflação.

É paradoxal que no crescimento do PIB, que foi acompanhado de redução nas diferenças relativas de rendas do trabalho, tenha tido um papel fundamental a expansão da exportação de *commodities*. No modelo tradicional, em que um crescimento na base da exportação de *commodities* se torna compatível com a redução nas diferenças de renda entre os trabalhadores, são fundamentais a tributação desta exportação e o uso dos recursos arrecadados para ampliar os serviços sociais, especialmente saúde, educação, transporte coletivo e habitação popular. Não foi isto que ocorreu no Brasil dos anos 2004-2008. Não houve uma taxação especial da exportação de *commodities*. Porém, houve uma forte valorização da moeda nacional, que reduziu a receita em reais dos exportadores e ajudou a baixar a inflação, reduzindo os preços relativos dos bens exportados e importados; e favorecendo o poder de compra da renda do trabalho, que foi reforçado pelos intensos aumentos nominais do salário mínimo. Em simultâneo, o forte aumento deste beneficiou não somente as menores remunerações, mas também os menores benefícios da seguridade social. Além disso, é possível estabelecer uma interação dos aumentos do salário mínimo com os reajustes das categorias profissionais em um momento econômico favorável à expansão do emprego e à formalização dos contratos de trabalho. Os aumentos, que vinham ocorrendo desde 1995, continuaram apesar do aumento da inflação, em 1999-2003, mas foi muito importante este aumento ter ganhado vigor ainda maior desde 2005, a partir de um patamar já parcialmente restaurado. O aumento do valor do salário mínimo foi fundamental, ao lado de reajustes das categorias profissionais acima da inflação e da geração de empregos com renda entre a mediana e o percentil 75, para que o crescimento da economia em 2004-2008 ocorresse com diminuição nas diferenças relativas de renda entre os trabalhadores.

O aumento da renda média do trabalho entre 2004 e 2008 não foi suficiente para refazer a distribuição funcional da renda, que tinha evoluído de modo desfavorável ao trabalho em 1998-2004 (tabela 6). A parcela de impostos indiretos que já tinha se ampliado fortemente em 1998-2004 continuou aumentando entre 2004 e 2008. Deixando de lado os impostos indiretos e considerando a divisão da renda entre trabalho e excedente bruto operacional, os trabalhadores recuperaram em 2004-2008 boa parte do que perderam em 1998-2004. Porém, a parcela do trabalho na renda nacional total, que caiu de 53,6% (1998) para 49% (2004), permaneceu ainda em 50,6% em 2008. Uma parte importante do aumento do peso dos impostos indiretos e das contribuições sociais na renda nacional deu base para o pagamento de quase metade dos juros da dívida pública, beneficiando as aplicações em ativos financeiros e, principalmente, as instituições operadoras do mercado

destes ativos. A renda média do trabalho em 2008 tem poder de compra pouco mais de 2% maior que o de 1998, e entre estes dois anos o PIB por pessoa ocupada aumentou 7,5%. A média é o que ganharia cada trabalhador se não houvesse diferenças de renda entre eles – e estas diferenças diminuíram significativamente entre 1998 e 2008. Assim, as rendas do trabalho em geral aumentaram muito mais que a média. O centro da distribuição das rendas inferiores à mediana teve aumento de poder de compra de 46,9% nestes dez anos, e a própria mediana tem poder de compra em 2008 (6,2%) maior que em 1998.

TABELA 6
Distribuição funcional da renda (1998, 2004 e 2008)
(Em %)

Ano	Renda do trabalho (A)	Impostos indiretos (B)	Excedente operacional bruto (C)	Total da renda	A/A+C
1998	53,6	12,6	33,8	100,0	61,3
2004	49,0	15,4	35,6	100,0	53,9
2008	50,6	16,2	33,3	100,0	60,4

Fonte: IBGE (1998; 2005a; 2009a).
Elaboração do autor.

Em síntese, a retomada do crescimento com inflação baixa em uma situação internacional favorável reforçou a formalização dos contratos de trabalho e recuperou o nível das rendas do trabalho, que estava muito baixo em 2004. Ao mesmo tempo, prosseguiram e até se acentuaram os aumentos das baixas remunerações e dos benefícios da seguridade social, por meio de expressivos aumentos no valor do salário mínimo. As diferenças de renda do trabalho diminuíram relativamente, mas a parcela do trabalho na renda nacional recuperou somente uma parte da queda observada em 1998-2004. Uma parte crescente da renda nacional correspondeu a impostos indiretos e contribuições sociais. Esta foi a principal contrapartida da queda na parcela do trabalho na renda nacional; portanto, deveria ser a base para aperfeiçoar o sistema nacional de proteção social, como determinado pela Constituição Federal de 1988. Uma parte importante do crescente montante arrecadado de impostos indiretos e contribuições sociais, entretanto, serviu para o pagamento de metade dos juros da dívida pública, beneficiando os aplicadores e as instituições operadoras do mercado de ativos financeiros, e não a totalidade dos cidadãos usuários do sistema de proteção social.

A situação internacional favorável contribuiu para compatibilizar, de um lado, os aumentos de poder de compra dos trabalhadores de menor remuneração e dos beneficiários da seguridade social e, do outro lado, os elevados ganhos das empresas

e dos aplicadores, bem como as instituições operadoras do mercado financeiro. A crise mundial, entretanto, vem alterando o quadro antes favorável ao crescimento da economia brasileira. O exame das dificuldades atuais para manter o crescimento ajuda a explicitar a necessidade de mudanças no rumo da economia para dar continuidade ao aumento da renda do trabalho, reduzindo as diferenças de renda entre os trabalhadores. Esta mudança de rumo da economia envolve uma redefinição da política macroeconômica, que anteriormente garantiu a segurança dos ganhos de aplicadores e operadores do mercado financeiro, assentada no pagamento de altos juros da dívida pública sem aumentar, ao mesmo tempo, a magnitude desta dívida, o que somente pode ocorrer porque foi obtido enorme *superavit* da arrecadação de impostos e contribuições sociais em relação às despesas públicas não financeiras (Carneiro, 2011).

3 CRISE MUNDIAL, CRESCIMENTO DA ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO

A crise mundial interrompeu o crescimento da economia brasileira no último trimestre de 2008. O impacto imediato da crise foi sobre a exportação e o investimento, que diminuíram fortemente em 2009. As Contas Nacionais (tabela 7) indicam que, medida na moeda do país, a exportação de bens e serviços, que tinha crescido no ritmo médio anual de 3,3% em 2006-2008, teve uma queda de 9,1% em 2009. Já o investimento, que tinha aumentado no ritmo médio de 13,7% em 2006-2008, caiu 6,7% em 2009. O consumo público e privado de bens e serviços, entretanto, apenas desacelerou em 2009, pois tinha crescido no ritmo médio de 5,4% em 2006-2008 e aumentou 4,1% em 2009.

TABELA 7
Atividade da economia brasileira (2006-2012)
(Em %)

Ano	Investimento	Consumo	Consumo + investimento	Exportação	Importação	PIB	Manufatura
2007	13,9	5,8	7,2	6,2	19,9	6,1	5,6
2008	13,6	5,0	6,6	0,6	15,4	5,2	3,0
2009	-6,7	4,1	2,0	-9,1	-7,6	-0,3	-8,7
2010	21,3	6,3	8,9	11,5	35,8	7,5	10,1
2011	4,7	3,5	3,8	4,5	9,8	2,7	0,1
2012	-4,0	3,1	1,7	0,5	0,2	0,9	-2,6

Fonte: IBGE (2006a; 2007a; 2008a; 2009a; 2010a; 2011a; 2012a).
Elaboração do autor.

A pequena desaceleração no crescimento do consumo testemunha a eficácia das ações do governo, visando amortecer o impacto da crise mundial sobre a atividade da economia brasileira. Dispondo de reservas internacionais abundantes e sendo relativamente pequenas a dívida externa e a dívida pública indexada à taxa de câmbio, as contas públicas foram pouco prejudicadas pela forte desvalorização do real, provocada pela fuga de capital. A solidez das contas externas do país (consequência dos bons resultados do balanço de pagamento, desde o início do *boom* internacional de *commodities*) contribuiu para que a fuga de capital não fosse acompanhada de apostas contra o real nos derivativos de câmbio. O BCB optou, inicialmente, por não usar a reserva internacional para evitar a elevação do preço do dólar. A alta desta moeda dificultou a continuidade da saída de capital, mas provocou prejuízos às empresas exportadoras que estavam compensando os efeitos negativos do alto valor do real sobre o seu faturamento, com aplicações em derivativos de câmbio que apostavam na continuidade do alto valor do real. A oscilação da taxa de câmbio teve estes e outros efeitos financeiros negativos, mas não por meio das contas públicas, que terminaram sendo favorecidas pela desvalorização do real, pois a magnitude da reserva internacional superava a soma das dívidas públicas em dólar e indexada ao dólar. O governo dispôs de recursos para poder agir mediante maiores despesas públicas, renúncia fiscal e reforço da atuação dos bancos públicos para financiar o consumo, o investimento e a exportação.

De particular importância para sustentar a atividade da economia foi a atuação do governo no sentido de garantir o atendimento da demanda de crédito, usando, de um lado, as reservas internacionais para financiar a exportação e, do outro lado, os bancos públicos para compensar a redução dos empréstimos dos bancos privados. Além disso, a redução provisória de uma série de impostos que afetam o preço de bens duráveis de consumo foi também importante para que o consumo continuasse crescendo num ritmo expressivo em 2009, contribuindo para que a queda do PIB nesse ano fosse de apenas 0,3%, bem menos que as diminuições observadas no investimento e na exportação.

A queda na atividade econômica foi relativamente pequena, e a recuperação que começou no último trimestre de 2009 foi muito rápida, tendo o PIB aumentado 7,5% em 2010. O crescimento do consumo acelerou, e houve uma expressiva retomada da exportação e principalmente do investimento. A comparação dos anos 2008 e 2010 indica que o consumo cresceu no ritmo médio anual de 5,2%, não muito menos que o verificado antes da crise mundial atingir o país. Já o investimento em 2010 recuperou a queda de 2009 e ampliou o patamar atingido em 2008, no equivalente a um aumento

médio anual de 6,4%, bem menos que o verificado antes da crise mundial, mas acima do ritmo de crescimento do PIB (3,5%), indicando que a defesa da atividade econômica em 2009 foi fundamentalmente a sustentação do crescimento do consumo, mas na recuperação em 2010 voltou a aumentar a taxa de investimento. De fato, medida a preço constante, a relação entre a formação bruta de capital fixo e o PIB passou de 18,7% (2008) para 19,8% (2010), traduzindo a vigorosa retomada do investimento nesse último ano.

A crise mundial, entretanto, acirrou a competição internacional com produtos manufaturados, dificultando crescentemente a resposta da produção industrial brasileira ao aumento do consumo e do investimento. Este problema já tinha se manifestado no auge do crescimento da economia brasileira, antes da crise mundial, quando a produção industrial cresceu menos que o PIB, e este último cresceu menos que a soma de consumo e investimento. Entre 2006 e 2008, a absorção interna cresceu no ritmo médio de 6,9%, enquanto o PIB se expandiu a 5,6% e a produção manufatureira, a 4,3%. A redução do saldo positivo do comércio exterior de bens e serviços traduziu o vazamento para outros países de uma parte dos efeitos dinâmicos do aumento da absorção interna, mediante principalmente o forte aumento do *deficit* de comércio externo com produtos manufaturados.

A exportação de *commodities* cobriu o crescente *deficit* do comércio com produtos manufaturados. E foi expressiva a ampliação da produção manufatureira no auge do crescimento do PIB, antes da crise mundial, mesmo que em ritmo menor que a do crescimento do PIB. Fato este que acabou invertendo uma relação que, como foi dito, ocorria desde que o Brasil começou seu processo de industrialização, na década de 1930, período em que, apesar de o PIB crescer fortemente, a produção manufatureira crescia mais que este. Esta mudança na relação das intensidades de ampliação do PIB e da produção manufatureira no crescimento da economia brasileira tem uma clara associação com a valorização da moeda nacional ocorrida neste período. A crise mundial, entretanto, acirrou a competição internacional com produtos manufaturados e acentuou as diferenças de ritmo de crescimento da absorção interna, do PIB e da produção doméstica de produtos manufaturados. A relação entre os ritmos de crescimento do PIB e da absorção interna passou de 0,81 (2006-2008) para 0,65 (2008-2010), e a relação entre os ritmos de crescimento da produção manufatureira e do PIB passou de 77% para somente 9% entre os mesmos períodos.

A crise reduziu a intensidade do aumento da absorção interna de 6,9% para 5,4%, mas a queda no ritmo de crescimento do PIB foi maior (de 5,6% para 3,5%), traduzindo a forte redução na intensidade do aumento da produção manufatureira (de 4,3% para 0,3%). Assim, as ações do governo lograram impedir maior queda no crescimento da absorção interna, mas a resposta do PIB e, principalmente, da produção manufatureira foi relativamente pequena, agravando-se o vazamento para outros países dos efeitos dinâmicos da absorção interna, devido ao acirramento da competição internacional com produtos manufaturados.

A crise mundial reduziu a atividade econômica nos países desenvolvidos, e os fornecedores mundiais de produtos manufaturados intensificaram a competição, redirecionando suas exportações para países em desenvolvimento que conseguiram manter a atividade econômica, disputando fortemente com os produtores localizados no Brasil, em seus mercados de exportação e no próprio mercado doméstico brasileiro (ABDI e Neit, 2011; Iedi, 2012). Embora mais que cobertos pelo *superavit* com *commodities* primárias, o *deficit* com o conjunto dos demais produtos, que já tinha sido de US\$ 44,5 bilhões em 2008, atingiu US\$ 87,1 bilhões em 2011. Tal fato indicava não somente os efeitos da competição asiática nos mercados de exportação de manufaturados brasileiros e no próprio mercado doméstico, mas também a reação de empresas multinacionais que operam no Brasil. Estas têm preferido importar partes e componentes da matriz ou de outras filiais que aumentaram muito a capacidade ociosa a desenvolverem a produção destes produtos no território nacional para atender às crescentes vendas no mercado doméstico. O aumento da importação foi muito forte numa gama muito ampla de produtos manufaturados, enquanto a exportação destes produtos em 2011 ou foi menor que em 2008, ou o aumento foi proporcionalmente muito inferior ao verificado com a importação destes.

O Estado brasileiro demorou a perceber e a reagir a esses efeitos negativos da crise mundial sobre a produção doméstica de manufaturados. Assim, no início do governo de Dilma Rousseff, prevaleceu o diagnóstico de que era preciso desacelerar o ritmo da recuperação da atividade econômica, retirando os estímulos ao consumo e investimento usados desde o começo da crise mundial para não perder o controle sobre o balanço de pagamentos e a inflação. As desacelerações do consumo e do investimento fizeram o PIB crescer somente 2,7% em 2011, obrigando o governo a refazer o diagnóstico e retomar os incentivos à absorção interna. O desempenho do PIB em 2012, entretanto,

foi ainda pior que o de 2011, porque os incentivos lograram interromper a desaceleração do consumo, mas o investimento diminuiu 4% em 2012. Considerando a média do período 2010-2012, a absorção interna cresceu 2,7%, com um crescimento do PIB de 1,8% e uma queda da produção manufatureira de 1,3% a.a. Assim, a relação entre os ritmos de crescimento da absorção interna e do PIB manteve-se em dois terços, mas a relação entre os crescimentos da produção manufatureira e do PIB, que já tinha sido de somente 9% em 2008-2010, passou a ser negativa e na alta proporção de 72%. A debilidade da produção doméstica de manufaturados diante da competição internacional acirrada pela crise mundial fez com que as ações do governo já não fossem capazes de sustentar o crescimento da absorção interna, mesmo impedindo maior desaceleração do consumo, porque o investimento perdeu o ímpeto mostrado em 2006-2008 e novamente em 2010, e tem perdido vigor a resposta da produção doméstica de bens manufaturados às demandas decorrentes do consumo e do investimento, ocorrendo forte ampliação da importação destes bens.

A pequena queda do PIB em 2009 e seu vigoroso aumento em 2010 deram a impressão de que o governo tinha o controle da atividade econômica, podendo fazer crescer a economia em conformidade com as possibilidades permitidas pelos desdobramentos da crise mundial. As consequências negativas da tentativa de suavizar o ritmo da recuperação em 2011 e o fracasso inicial do esforço para reerguer o crescimento do PIB em 2012 mostram que é preciso mais que ações do governo para estimular o consumo público e privado de bens e serviços. A comparação dos períodos 2006-2008, 2008-2010 e 2010-2012 mostra a debilidade da reação da produção manufatureira aos estímulos da demanda promovidos pela ação do governo (tabela 8). O êxito do esforço do governo para impedir maior queda do crescimento do consumo e do investimento em 2008-2010 levou a um aumento insignificante da produção manufatureira. O PIB de 2010 foi 6,9% maior que o de 2008, mas a ampliação do total da produção manufatureira entre estes dois anos correspondeu a somente 1% da ampliação do total do PIB, tendo em vista que em 2008 a manufatura representava 16,6% do PIB. As quedas no ritmo de crescimento do consumo e no próprio nível de investimento em 2010-2012 foram acompanhadas de redução na produção manufatureira, e o PIB de 2012 foi 3,7% maior que o de 2010 somente porque a produção do conjunto dos demais setores de atividade aumentou 4,7% entre 2010 e 2012.

TABELA 8
Taxas anuais de crescimento: absorção interna, PIB, manufatura e outros setores de atividade (2006-2012)
 (Em %)

Período	Absorção interna (A)	PIB (B)	B/A	Manufatura (C)	C/A	Outros setores (D)	D/A
2006-2008	6,9	5,6	0,81	4,3	0,62	5,9	0,85
2008-2010	5,4	3,5	0,65	0,3	0,06	4,1	0,76
2010-2012	2,7	1,8	0,66	-1,3	-0,48	2,3	0,85

Fonte: IBGE – Banco de Dados Séries Estatísticas e Séries Históricas. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/apresentacao.aspx>>. Elaboração do autor.

Os estímulos à demanda de bens e serviços determinados pelo governo impediram maior queda no ritmo de crescimento de consumo e investimento em 2008-2010, mas a fraca reação da produção manufatureira foi a principal responsável pela queda do ritmo de crescimento do PIB ter sido maior que a do crescimento da absorção interna. Já em 2010-2012, a queda no ritmo de crescimento da absorção interna foi mais expressiva, sendo acompanhada de queda na produção industrial. Mas a diminuição no ritmo de crescimento dos demais setores de atividade foi menor que a do crescimento da absorção interna, evitando queda ainda maior do crescimento do PIB. A produção do conjunto das atividades econômicas não manufatureiras, que aumentou no ritmo anual de 5,9% em 2006-2008, cresceu 4,1% a.a. em 2008-2010 e 2,3% em 2010-2012. Como será visto em seguida, este crescimento da produção nas atividades não manufatureiras desde 2008 gerou emprego suficiente para manter a melhora nos indicadores do mercado de trabalho, apesar da desaceleração do crescimento do PIB. A continuidade da melhora dos indicadores do mercado de trabalho ocorreu principalmente nas áreas metropolitanas do país, onde é maior o predomínio dos serviços na atividade econômica.

O principal desafio a ser enfrentado para lograr um crescimento mais robusto do PIB é aumentar a taxa de formação bruta de capital fixo com investimentos públicos e privados em infraestrutura e com investimentos privados na produção manufatureira, para reduzir os vazamentos para outros países dos efeitos dinâmicos do aumento de consumo e investimento. O financiamento é o principal problema dos investimentos em infraestrutura, na medida em que já existe enorme demanda por sua ampliação e são viáveis diversas alternativas de combinação de iniciativas públicas e privadas. Para evitar maior risco e garantir que as compras decorrentes destes investimentos sejam canalizadas para a produção manufatureira doméstica, é importante que

o financiamento seja realizado em moeda nacional, pois a retomada de um crescimento mais vigoroso do PIB sob as condições internacionais criadas pelo desdobramento da crise mundial provavelmente teria de ser acompanhada de progressiva correção do valor da moeda nacional, atualmente ainda muito valorizada.

Com o propósito de criar as condições para o aumento dos investimentos públicos e privados, foram muito importantes as ações do governo no sentido de reduzir a taxa básica de juros e de aumentar, de modo controlado, a taxa de câmbio. De imediato, estas medidas acarretaram redução no serviço da dívida pública, liberando recursos do orçamento para uma ação pública mais vigorosa não apenas para a sustentação da atividade, mas também em favor do desenvolvimento da economia e dos serviços públicos. A redução do custo do refinanciamento da dívida pública permite a diminuição simultânea do *superavit* primário (diferença entre a arrecadação de impostos e contribuições sociais e as despesas não financeiras do Estado) e do ritmo de crescimento da dívida pública. A redução no ritmo de crescimento da dívida pública, por sua vez, diminui as possibilidades de aplicação em títulos com rentabilidade garantida e alta liquidez. A situação atual, em que são desfavoráveis as condições de aplicação financeira em outros países, é justamente o momento adequado para não somente reduzir a taxa básica de juros e o custo do refinanciamento da dívida pública, mas também para se tentar desenvolver as condições para que ocorram no país financiamentos privados a prazo longo para o investimento.

A crise mundial tem aumentado o *deficit* de conta-corrente do balanço de pagamento. O *superavit* de comércio tem diminuído, com os crescentes *deficit* com produtos manufaturados, sendo apenas parcialmente compensados pelo aumento no *superavit* com *commodities*. Além disso, a crise tem levado as multinacionais a aumentar as remessas de lucros e também têm ocorrido aumentos vigorosos na compra de serviços no exterior, especialmente arrendamento de equipamentos pela Petrobras. O *deficit* de conta-corrente tem sido coberto pelos investimentos diretos externos, evitando a diminuição das reservas internacionais. No entanto, as ações do governo no sentido de reduzir a taxa básica de juros e aumentar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), cobrado de operações de não residentes no mercado financeiro doméstico, têm levado a uma elevação nominal da taxa de câmbio. Uma taxa de câmbio mais razoável, corrigindo o alto valor da moeda nacional, ao lado de medidas que reprimam a concorrência desleal de importações,

será fundamental para induzir os investimentos que fortaleçam a competitividade da produção manufatureira doméstica, evitando o aumento desproporcional da importação de produtos manufaturados e fazendo com que os aumentos de consumo, investimento e exportação se materializem em um crescimento mais intenso do PIB (Bresser-Pereira, 2012; Carneiro, 2011). A correção do valor da moeda nacional, entretanto, terá de ser feita de modo progressivo e controlado pelo BCB, para que o aumento nominal do preço do dólar se materialize em redução do valor da moeda sem um aumento substancial da inflação doméstica, pois dificultaria o prosseguimento da elevação do poder de compra da renda do trabalho, fundamental para sustentar o crescimento da demanda pelos produtos e motivar a realização dos investimentos.

O governo, então, está procurando aproveitar a oportunidade proporcionada pela crise mundial para redefinir o rumo da economia brasileira, de modo a alcançar um forte crescimento do PIB, numa situação internacional mais desfavorável, com mais investimento e maior elevação da produtividade. Esta mudança de rumo da economia exige do governo muito mais ação que a necessária para aproveitar plenamente a situação internacional favorável antes da crise mundial. A situação internacional melhorou os termos de troca do comércio com outros países, mas o governo teve de atuar, vencendo resistências, para que a elevação dos termos de troca beneficiasse toda a população. A ação do governo foi importante para que o maior crescimento do PIB e a menor inflação resultassem em forte crescimento do emprego formal, elevação do poder de compra da renda do trabalho, redução nas diferenças de renda entre os trabalhadores e aumento de renda de pessoas sem condições para participar da atividade econômica. Para estes resultados, foi fundamental o esforço do governo para a consolidação do sistema de proteção social, determinado pela Constituição Federal de 1988, o aumento do valor do salário mínimo e a preservação da vinculação dos benefícios mínimos da seguridade social ao valor do salário mínimo (Castro, 2012).

É preciso muito mais ação do poder público e capacidade para vencer as resistências a uma alteração de rumo da economia, mudando radicalmente o sistema financeiro doméstico e promovendo fortemente os investimentos públicos e privados. Garantindo, ao mesmo tempo, que os efeitos dinâmicos destes se concretizem no desenvolvimento da produção manufatureira doméstica e que não vazem para outros países, por meio da importação. O Estado brasileiro, então, terá de construir os instrumentos de atuação que o capacite para realizar as ações necessárias, articulando iniciativas públicas e privadas que não seriam

induzidas automaticamente pelo próprio desempenho da economia. Analogamente ao que ocorreu durante a industrialização do país, será necessário mais investimento autônomo. O papel do poder público na articulação e no apoio a estes investimentos será fundamental, embora o tipo de ação e os instrumentos usados venham a ser muito diferentes dos prevalentes na época da industrialização.

A experiência dos dois últimos anos mostra a dificuldade e a demora na redefinição de rumo da economia e a força das resistências a serem enfrentadas. Esta resistência aposta numa recuperação rápida da economia mundial para que se refaça a perspectiva de preservação do rumo anterior da economia brasileira, aumentando a oposição às tentativas de mudança. De fato, em uma recuperação da atividade da economia americana, levando o banco central daquele país a elevar a taxa de juros de curto prazo, dificultaria enormemente as medidas que seriam necessárias para alterar o rumo da economia brasileira, de modo a aprofundar as melhoras no mercado de trabalho. Um aumento das taxas de juros nos Estados Unidos agravaria a fuga de capital do Brasil, e as medidas para impedir esta fuga teriam de ser muito mais fortes e de realização politicamente muito mais difícil que aquelas necessárias para conter a entrada de capital, visando estabilizar a taxa de câmbio no nível apropriado. O próprio aumento do valor do dólar em todo o mundo, que tenderia a ocorrer com a elevação dos juros nos Estados Unidos, prejudicaria também a conta-corrente do balanço de pagamentos do Brasil, inclusive reduzindo os preços internacionais das *commodities*. Além de debilitar o balanço de pagamentos, a ampliação da fuga de capital dificultaria manter em nível razoável as taxas de juros praticadas no país, a construção do mercado doméstico de capital e o financiamento bancário de longo prazo, sem recorrer ao repasse de recursos tomados emprestados no exterior. Como mencionado, o financiamento de prazo longo, em moeda nacional, é muito importante para a realização dos investimentos em infraestrutura.

A esses desafios a ser enfrentados para recolocar a economia brasileira em uma trajetória de crescimento, se somam difíceis mudanças institucionais na regulação de compra e venda de força de trabalho e de seu uso e sua remuneração na produção de bens e prestação de serviços. A necessidade e a natureza destas mudanças podem ser visualizadas a partir do acompanhamento da evolução do emprego e da renda do trabalho, desde que a crise mundial começou a afetar o Brasil.

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) proporciona a informação mais atualizada para o acompanhamento da evolução do mercado de trabalho após a crise mundial ter atingido o Brasil, no final de 2008. A pesquisa retrata a situação do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas mais antigas do país (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). A PNAD indica que residem no conjunto das áreas metropolitanas do país um terço da população economicamente ativa (PEA), e as seis metrópoles da PME abrangem 80% da PEA metropolitana (Tafner, 2006).

O mercado de trabalho das áreas metropolitanas foi mais afetado pela abertura da economia que o das demais localidades do país. Isto aparece nas taxas de desemprego de 2005 (Ramos, 2007). A população residente nas metrópoles tem maior participação na atividade econômica que a população residente nas outras localidades (taxas de participação de 61,3% da PEA nas metrópoles e de 59% fora das metrópoles). Mas uma fração bem maior da população que desejava uma ocupação na atividade econômica não encontrou trabalho nas metrópoles em 2005, pois a taxa de desemprego foi de 13,4% da PEA residente nas metrópoles e 8,6% no restante do país. A diferença entre metrópoles e outras localidades na taxa de desemprego foi maior que a diferença na taxa de participação, de modo que a taxa de ocupação nas áreas metropolitanas (53,1% da população em idade ativa – PIA) foi menor que em outras localidades (53,9%), confirmando que em 2005 a situação do mercado de trabalho nas metrópoles estava pior que no restante do país. A renda do trabalho, entretanto, continuava muito maior nas áreas metropolitanas que no restante do país. A diferença de renda média em favor das metrópoles foi particularmente marcante para o trabalho por conta própria e o emprego sem carteira profissional. Para estas posições na ocupação, a diferença de renda média entre o conjunto das metrópoles e o restante do país foi de 60%, enquanto para o emprego formal e os empregadores a diferença em favor das metrópoles foi de 40% (Ramos, 2007).

O ponto de partida da retomada do crescimento da economia foi um mercado de trabalho que estava muito deteriorado nas metrópoles em 2003 (tabela 9). Nesse ano, o número médio mensal de desempregados correspondeu a 12,3% da população ativa residente no conjunto das seis principais metrópoles do país. Como nesse ano o emprego assalariado abrangeu 73,5% das pessoas ocupadas, o número de desempregados equivaleu a 19,2% do total de pessoas com emprego assalariado. Este número é muito grande,

revelando a má situação do mercado de trabalho, mesmo levando em conta que no Brasil a elevada taxa de rotatividade em muitos empregos assalariados tende a ampliar o número de desempregados.

TABELA 9
Evolução do emprego e da renda do trabalho segundo a PME (2003, 2008 e 2012)

	2003	2008	2012
Taxa de desemprego (%)	12,3	7,9	5,5
Taxa de participação (%)	57,1	57,0	57,3
Taxa de ocupação (%)	50,0	52,5	54,2
Emprego assalariado (%)	73,5	75,8	77,3
Ocupação não assalariada (%)	26,5	24,2	22,7
Emprego formal (%)	70,2	74,0	79,5
Emprego sem carteira (%)	29,8	26,0	20,5
Renda média do trabalho (R\$)	100,0	115,2	132,3

Fonte: IBGE (2003b; 2008b; 2012b).

As contratações são sempre muito maiores que o necessário para o aumento do emprego, porque em todos os meses é finalizado o vínculo de emprego de um número de pessoas equivalente a uma parcela significativa do total do emprego assalariado. Assim, a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) informa que, entre o primeiro e o último dia do ano 2004, o emprego formal aumentou de 29,5 milhões para 31,4 milhões de vínculos. Ou seja, no final do ano, existia 1,9 milhão de vínculos de emprego a mais que no início do ano, equivalendo a um aumento de 6,4%. Ao longo do ano, entretanto, ocorreram 15,2 milhões de contratações e 13,3 milhões de desligamentos, números muito maiores que o do aumento dos vínculos entre o início e o final do ano.

Para um emprego médio mensal de aproximadamente 30,4 milhões, ocorreram em média 1,1 milhão de desligamentos por mês – ou seja, 3,6% do emprego médio. As contratações foram em média 1,3 milhão por mês, 4,2% do emprego médio. Foi preciso contratar 4,2% do emprego médio por mês para no final do ano ter um número de vínculos 6,4% maior que no início do ano, refletindo a imensa rotatividade no emprego em muitos postos de trabalho. Isto faz com que, em todos os meses, muitas pessoas estejam se deslocando entre empregos, e muitas delas ficam momentaneamente desempregadas. É excessivo, entretanto, um número de desempregados equivalente a 19,2% do emprego assalariado, traduzindo não somente a elevada rotatividade no emprego, mas principalmente a má situação do mercado de trabalho nas metrópoles

brasileiras em 2003, consequência da estagnação do PIB, desde 1980, e dos efeitos iniciais da abertura, na década de 1990.

Além da elevada taxa de desemprego e da relativamente alta fração de pessoas ocupadas que não têm emprego assalariado, outro indicador da má situação do mercado de trabalho nas metrópoles foi uma alta proporção de empregos assalariados sem carteira de trabalho, que atingiu 29,8% em 2003. Neste quadro de mercado de trabalho tão desfavorável à absorção da PEA e com uma inflação que tinha ficado relativamente elevada, em consequência dos efeitos de sucessivas desvalorizações do real desde o início de 1999, houve uma diminuição do poder de compra da renda do trabalho. A nova metodologia da PME é aplicada desde 2002. A incomparabilidade dos conceitos, a começar pelo limite de idade, que definem a PIA impede a visualização da queda no poder de compra da renda do trabalho nas metrópoles, mas, como visto na seção anterior, a mediana das rendas do trabalho no conjunto do território nacional alcançou em 2004 um poder de compra 14% menor que em 1998 (Lopes, 2009).

A retomada do crescimento da economia brasileira desde 2004, como também visto na seção anterior, intensificou a geração de emprego assalariado, e houve uma formalização dos contratos de trabalho (Cardoso Júnior, 2007; Baltar, Moreto e Krein, 2006). Nas metrópoles abrangidas pela PME, a taxa de desemprego diminuiu de 12,3% da PEA, em 2003, para 7,9%, em 2008, enquanto a proporção da população ocupada com emprego assalariado aumentou de 73,5% para 75,8% e o grau de formalização dos contratos de trabalho se elevou de 70,2% para 74%. Neste mercado de trabalho mais favorável à população e com uma queda no ritmo da inflação, a renda média do trabalho teve um poder de compra, em 2008, 15,2% maior que em 2003. Como já visto para o conjunto do país, nas metrópoles, o aumento do valor do salário mínimo, os reajustes das categorias profissionais maiores que a inflação e a geração de empregos com nível de renda próximo da mediana provavelmente também contribuíram para que a elevação do poder de compra da renda do trabalho ocorresse com redução nas diferenças de renda entre os trabalhadores (Baltar *et al.*, 2010).

Com a inflação algo maior que a verificada em 2003-2008 (médias anuais de aumento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de 5,3% e 5,6% respectivamente), mas muito menor que a observada em 1999-2003 (média anual de 8,9%), a política de sustentação da atividade econômica conseguiu dar continuidade à

melhora do mercado de trabalho em 2008-2012, evitando desaceleração ainda maior no consumo das famílias. A taxa de desemprego atingiu 5,5% da PEA em 2012, a proporção de ocupados com emprego assalariado ampliou-se para 77,3% e o grau de formalização dos contratos de trabalho alcançou 79,5%.

A população em idade ativa, no conjunto das principais metrópoles brasileiras abrangidas pela PME, aumentou no ritmo anual de 1,7%, em 2003-2008, e de 1,3%, em 2008-2012. A desaceleração do crescimento da PEA foi menor que a do crescimento da PIA, passando de 1,7% para 1,5% nos mesmos períodos. Isto porque a taxa de participação na atividade econômica, que tinha ficado praticamente a mesma em 2003 e 2008, tornou-se um pouco maior em 2012, passando de 57% para 57,3%. Esta mudança na taxa de participação parece pequena, mas não é desprezível um aumento da PEA em três décimos de pontos percentuais da população com 10 anos ou mais de idade.

A desaceleração do aumento do número de pessoas ocupadas foi ainda menor que a do crescimento da PEA. O número de pessoas ocupadas teve crescimento anual de 2,6% e de 2%, em 2003-2008 e 2008-2012, respectivamente. Esta desaceleração do crescimento do número de pessoas ocupadas no conjunto das seis metrópoles foi muito menor que a do crescimento do PIB nacional, que passou de 4,8% para 2,6%, em 2003-2008 e 2008-2012, nesta ordem. A relação entre os ritmos anuais de crescimento da população ocupada nas metrópoles e do PIB nacional passou de 0,56 (2003-2008) para 0,81 (2008-2012).

Uma desaceleração do crescimento da população ocupada menor que a do PIB acarreta menor aumento do PIB por pessoa ocupada, mas o poder de compra da renda do trabalho continuou aumentando em 2008-2012, com a renda nominal elevando-se em ritmo maior que os preços de bens e serviços. A renda média do trabalho nas metrópoles tem, em 2012, poder de compra 14,8% maior que em 2008. A ampliação da prestação de serviços – que garantiu a continuidade do aumento da população ocupada, como será visto em seguida –, em conjunto com o enorme *deficit* de comércio de produtos manufaturados, coberto pelo *superavit* com *commodities*, continuou viabilizando o aumento do poder de compra da renda do trabalho. Isto apesar do aumento dos preços relativos dos serviços, de modo análogo ao que já tinha ocorrido na retomada do crescimento da economia em 2004-2008, mas agora sem aumento da produção

doméstica de produtos manufaturados, com um aumento do PIB muito menor e com um *deficit* no comércio de produtos manufaturados muito maior.

Um aumento da ocupação das pessoas no ritmo de 2% a.a., junto com um aumento da renda média do trabalho de 3,5% a.a., provocou ampliação da massa total de renda do trabalho no ritmo anual de 5,6%, muito além do ritmo de crescimento do consumo no total do país no mesmo período (4,2% entre 2008 e 2012). Entre 2003 e 2008, a massa total de renda do trabalho nas áreas metropolitanas tinha aumentado 5,5%, enquanto o consumo no conjunto do país o fez a 4,6%. A desaceleração do crescimento da população ocupada nas metrópoles foi compensada por maior ritmo de aumento da renda média do trabalho, mas o aumento do consumo no total do país desacelerou, principalmente depois de 2010. É possível que a desaceleração do crescimento da população ocupada desde o início da crise tenha sido maior fora das regiões metropolitanas e que o aumento do poder de compra da renda média do trabalho tenha sido maior nas áreas metropolitanas que no restante do país. Em todo caso, a política para sustentar a atividade econômica desde o início da crise mundial preservou o mercado de trabalho, principalmente nas metrópoles, e evitou desaceleração do consumo maior que a realmente verificada no conjunto do país.

A estrutura setorial do crescimento da ocupação das pessoas ativas residentes nas áreas metropolitanas não mudou muito entre 2003-2008 e 2008-2012 (tabela 10). O conjunto da produção de bens (extrativa, transformação, eletricidade, gás, água e construção) teve a mesma contribuição de 19% para o crescimento do número de pessoas ocupadas nos dois períodos, enquanto o comércio e os diversos tipos de serviços contribuíram com os restantes 81%. As diferenças entre os dois períodos residem em, de um lado, forte diminuição da contribuição de extrativa, transformação, eletricidade, gás e água, refletindo basicamente uma queda no ritmo de geração de emprego na indústria, ao mesmo tempo que aumentou fortemente a contribuição da construção civil. De outro lado, forte contribuição do serviço doméstico para o crescimento da ocupação em 2003-2008, o qual mostrou também intensa redução em 2008-2012. Mas a contribuição negativa do serviço doméstico foi compensada pelo aumento da contribuição de finanças, imóveis e serviços para as empresas, a administração pública e os serviços sociais e outros serviços, em que se sobressaem os serviços pessoais.

Nos setores da construção civil, da administração pública e dos serviços sociais e outros serviços, o ritmo de crescimento da ocupação foi maior em 2008-2012 que em 2003-2008. Além disso, o crescimento da ocupação continuou muito intenso em finanças, imóveis e serviços para as empresas, setor em que mais fortemente aumentou a ocupação nos dois períodos, mostrando, entretanto, significativa redução em 2008-2012. Em conjunto, estes quatro setores, que abrangeram 57,4% da ocupação em 2008, contribuíram com 89% do crescimento observado no número de pessoas ocupadas entre 2008 e 2012. Já o setor de comércio e reparação, que participava com quase 20% da ocupação total em 2003, mostrou uma taxa de crescimento não desprezível, mas bem menor que a do total de pessoas ocupadas nas regiões metropolitanas.

TABELA 10

Contribuição dos setores de atividade econômica para o crescimento do número de pessoas ocupadas no conjunto das metrópoles da PME (2003-2012)

	Participação em 2003	2003-2008		Participação em 2008	2008-2012	
		Taxa de crescimento	Contribuição		Taxa de crescimento	Contribuição
Extrativa, transformação, eletricidade, gás e água	17,4	2,2	13,4	17,1	0,4	4,9
Construção	7,4	2,5	5,4	7,3	3,0	14,1
Comércio e reparação	19,9	1,8	13,0	19,1	1,6	13,0
Finanças, imóveis e serviço para empresa	13,8	4,7	25,9	15,2	3,4	28,4
Administração pública e serviços sociais	15,9	2,4	16,8	17,7	3,2	21,6
Serviço doméstico	7,6	3,3	8,9	7,8	-1,9	-6,7
Outros serviços	17,1	2,8	18,1	17,2	3,1	24,9
Outras atividades	0,9	-5,1	-1,5	0,6	-1,8	0,0
Total	100,0	2,7	100,0	100,0	2,0	100,0

Fonte: IBGE (2003b; 2004b; 2005b; 2006b; 2007b; 2008b; 2009b; 2010b; 2011b; 2012b).
Elaboração do autor.

O aumento de 2,6% a.a. no número de pessoas ocupadas nas regiões metropolitanas cobertas pela PME significou a absorção de 2,6 milhões de pessoas ativas entre 2003 e 2008 (tabela 11). Pouco menos de um terço do aumento do número de pessoas ocupadas correspondeu à redução do número de desempregados e algo mais de dois terços esteve associado à ampliação da população ativa. Já em 2008-2012, o crescimento da ocupação no ritmo anual de 2% incorporou 1,8 milhão de pessoas e a participação da redução do desemprego caiu para um quarto, enquanto o aumento da PEA ampliou sua participação no atendimento da expansão da ocupação para três

quartos. Como dito, a taxa de desemprego evoluiu de 12,3% da PEA (2003) para 7,9% (2008) e 5,5% (2012), mas a redução do número de desempregados ainda continua sendo uma fonte importante para o aumento do número de pessoas ocupadas, indicando que, apesar da alta rotatividade da mão de obra em muitos postos de trabalho, um desemprego equivalente a 7,5% do emprego assalariado ainda não sinaliza a vigência de pleno-emprego nas áreas metropolitanas.

TABELA 11

Composição do acréscimo da oferta de trabalho no aumento da ocupação das pessoas ativas (2003-2008 e 2008-2012)

	2003-2008		2008-2012	
	Milhões	%	Milhões	%
Aumento da ocupação	2.601	100	1.836	100
Aumento da PEA	1.806	69	1.361	74
Redução no desemprego	795	31	475	26

Fonte: IBGE (2003b; 2004b; 2005b; 2006b; 2007b; 2008b; 2009b; 2010b; 2011b; 2012b).
Elaboração do autor.

De fato, o ritmo de crescimento do emprego assalariado no conjunto das seis metrópoles foi de 3,3% e de 2,6%, em 2003-2008 e 2008-2012, respectivamente. Um crescimento anual do emprego assalariado de 2,6% equivale a crescer 0,2% ao mês. A taxa de rotatividade é tanto maior quanto maior o ritmo de atividade da economia. Assim, a Rais indica que em 2008 a taxa de rotatividade foi de 4,4% ao mês. Em 2009, a rotatividade diminuiu para 4,1%, mas em 2010 alcançou 4,5%. Com uma taxa de rotatividade de 4,2% ao mês, é preciso contratar o equivalente a 4,5% do emprego assalariado, todos os meses, para ser possível obter um crescimento do emprego de 2,6% a.a. Como dito, muitas pessoas que deixam o emprego não encontra outro logo em seguida, passando um tempo desempregadas, mas um número de desempregados equivalente a 7,5% do emprego assalariado verificado em 2012, realmente não parece indicar uma situação de pleno-emprego.

As empresas que estão contratando empregados não reclamam da dificuldade de encontrar trabalhadores dispostos a assumir o emprego, mas sim da inadaptação dos trabalhadores disponíveis às características dos postos de trabalho. Estes problemas de recrutamento têm uma clara associação não com a escassez de desempregados, mas com a elevadíssima rotatividade dos trabalhadores no emprego. As empresas alegam que a elevada rotatividade é um reflexo da inadequação dos

trabalhadores disponíveis. Mas é possível alegar também que, em grande parte, esta inadequação da mão de obra disponível é um reflexo da desestruturação do próprio mercado de trabalho, provocada fundamentalmente pela excessiva liberdade de ação dos empregadores, que podem dispensar facilmente os empregados, bastando pagar a indenização estabelecida pela lei trabalhista, que, inclusive, é relativamente pequena no caso dos empregos com alta rotatividade dos trabalhadores.

O fato é que a liberdade de ação dos empregadores é a principal responsável pela existência no Brasil de um regime de trabalho em que a empresa tem um pessoal permanente relativamente pequeno e contrata e dispensa empregados que precisa apenas temporariamente (Baltar e Proni, 1996). Isto tende a gerar empregos que não oferecem qualquer atrativo para fixar a mão de obra no entorno destes empregos, o que adaptaria melhor os trabalhadores às características dos postos de trabalho. Este regime de trabalho leva às altas taxas de rotatividade observadas no Brasil e que tendem a ser tanto maiores quanto maior o ritmo de atividade da economia, que tende a aumentar os volumes das contratações e dos desligamentos, por iniciativa tanto dos empregadores quanto dos trabalhadores.

Essa alta rotatividade no emprego levou a uma intensa renovação da própria força de trabalho, que permanecia muito jovem e maleável, enquanto o intenso crescimento da população ampliava o contingente de jovens e a escassa escolaridade tornava precoce a entrada no mercado de trabalho. A população que transita pelos empregos sem vínculo estável, entretanto, encontrava crescente dificuldade de recolocação à medida que a idade avançava e tendia a ser expulsa do mercado de trabalho, sendo obrigada a estabelecer um negócio por conta própria, tivesse ou não condições favoráveis. Enquanto a economia cresceu em ritmo intenso com a industrialização do país, esta era a principal razão da elevada proporção de trabalhadores por conta própria no Brasil, e as diferenças de renda no trabalho por conta própria tendiam a ser ainda maiores que a dispersão relativa dos salários.

O lento crescimento do PIB, desde 1980, e os efeitos da abertura da economia na década de 1990, no sentido de estreitar o mercado de trabalho, alteraram a maneira como a população é absorvida em ocupações decorrentes da atividade econômica (Baltar, 2003). O jovem inicia a participação na atividade econômica por meio do mercado de trabalho. O estreitamento deste mercado dificultou a entrada do jovem, aumentando o desemprego e a fração de jovens que trabalham sem remuneração para

outro membro da família que tem um negócio por conta própria. Além disso, mudou o tipo de emprego dos jovens que conseguem ser absorvidos pelo mercado de trabalho, ampliando-se a fração dos que trabalham no serviço doméstico remunerado ou que têm emprego em estabelecimento econômico, mas o patrão não assina a carteira de trabalho nem cumpre com outras obrigações trabalhistas e previdenciárias. Entre os adultos, o estreitamento do mercado de trabalho, além de aumentar o desemprego e a fração do emprego sem carteira e do trabalho no serviço doméstico remunerado, intensificou o ritmo de expulsão, ampliando a fração de adultos com trabalho por conta própria de baixa remuneração.

As alterações na absorção da população em ocupações decorrentes da atividade econômica começaram a ser revertidas com a retomada do crescimento da economia, desde 2004, e a formalização dos contratos de trabalho. No caso dos jovens, vêm diminuindo progressivamente o trabalho não remunerado, o desemprego, o trabalho no serviço doméstico remunerado e o emprego sem carteira. Estas melhoras na absorção da PEA juvenil vêm sendo acentuadas pela redução do número de jovens e pelo adiamento da entrada no mercado de trabalho.

As mudanças na absorção da PEA adulta são um assunto mais complexo. O crescimento da população com mais de 30 anos de idade continua muito intenso, porque ainda é relativamente grande o número de pessoas que ultrapassam esta idade. Possivelmente, vai continuar elevada a participação destas pessoas na atividade econômica. O adulto tende a ter menos maleabilidade que o jovem para se adaptar a uma constante troca de emprego, e para continuar no emprego assalariado precisa se especializar em determinado campo profissional, mesmo quando não tenha a carteira de trabalho assinada pelo patrão.

É então importante para o aumento da fração de adultos absorvidos pelo emprego formal a qualidade do emprego formal da PEA juvenil, dando condições para estas pessoas continuarem no emprego formal quando se tornarem adultas. Isto depende do desempenho da economia e da regulação do trabalho assalariado. A defesa do ritmo de atividade mediante estímulos ao consumo tem mantido a evolução positiva dos indicadores do mercado de trabalho, principalmente nas áreas metropolitanas do país. A continuidade desta melhora, entretanto, requer um crescimento mais robusto do PIB, que, nas condições internacionais atuais, como mencionado, exige maior taxa

de investimento, ampliando a infraestrutura e desenvolvendo a produção manufatureira doméstica.

É preciso que a formação bruta de capital fixo cresça mais que o PIB, o que não quer dizer que deva haver redução no consumo. Pelo contrário, o crescimento do consumo é um importante indutor do investimento. A peculiaridade do atual momento é que é preciso ir além do investimento induzido pelo aumento na demanda pelos produtos, com uma ampliação autônoma do investimento em infraestrutura e no desenvolvimento da produção manufatureira doméstica. O risco destes investimentos autônomos é muito maior, e sua realização requer complexa articulação de iniciativas públicas e privadas. Este é o principal desafio para a continuidade e o aprofundamento da melhora no mercado de trabalho.

O aumento almejado da taxa de investimento, entretanto, deverá reduzir a elasticidade-emprego do crescimento do PIB e aumentar o ritmo de elevação do PIB por pessoa ocupada. Possivelmente, a elevação mais rápida do PIB por pessoa ocupada seria acompanhada de maior proporção de ocupações mais especializadas e mais bem remuneradas e de redução no ritmo de crescimento das ocupações menos especializadas e mais mal remuneradas. Assim como a atuação do Estado é fundamental para garantir a realização coordenada de iniciativas públicas e privadas necessárias para elevarem a taxa de investimento, esta atuação estatal ganharia mais legitimidade se acompanhada de outras atuações, visando facilitar a estruturação do mercado de trabalho necessária para que o nível da renda do trabalho acompanhe o aumento mais rápido do PIB por pessoa ocupada, evitando simultaneamente um aumento na dispersão relativa destas rendas do trabalho.

A construção de um mercado de trabalho mais estruturado e diferente do modelo tradicional, análogo a uma bolsa de mercadorias, não é um processo isento de conflitos. A experiência dos países desenvolvidos depois da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, envolveu uma coalizão política ampla, que fez sucessivos governos perseverarem na construção de uma regulação pública do trabalho assalariado e de um Estado do bem-estar social (Baltar e Krein, 2013). Nesta regulação pública do trabalho, destacou-se a negociação coletiva de contratos de trabalho, que cumpriu um papel fundamental para a canalização positiva dos conflitos, colaborando para a realização do avanço socioeconômico verificado naquela época e naqueles países.

As transformações que ocorreram no capitalismo desde o início da década de 1980, especialmente as que apontam na direção de uma produção com menos integração vertical e mais internacionalizada, colocaram dificuldades para a construção institucional dos instrumentos de ação coletiva – necessários para uma canalização positiva dos conflitos na relação de trabalho assalariado – que permitissem, simultaneamente, elevar o nível da renda do trabalho e evitar uma maior dispersão relativa, à medida que o sistema de produção avança e eleva sua produtividade. Por sua vez, o avanço institucional, permitindo que a compra e a venda de força de trabalho se faça de modo mais estruturado e independente das contingências de oferta e demanda de trabalho, forçaria as empresas a se adaptarem à melhora nas condições de trabalho e remuneração dos empregados. Além disso, incentivaria que esta adaptação fosse feita, evitando o aumento do custo de produção, mediante maior eficiência, inviabilizando alternativas à empresa ter de correr o risco de investir no avanço da capacidade de produção.

A reconstrução do mercado de trabalho, avançando na estruturação de compra e venda da força de trabalho de um modo que permita a elevação do nível de renda do trabalho sem aumentar a ainda elevada dispersão relativa, obriga a enfrentar os desafios econômicos e regulatórios. A linha de ação de menor resistência não é a deste esforço público para a economia se sobrepor aos efeitos da crise mundial, tentando aprofundar seu desenvolvimento e a melhora no mercado de trabalho. O risco é grande, bem como as possibilidades de desequilíbrios, cuja solução requer fortalecer ainda mais a capacidade de ação pública. Quanto ao mercado de trabalho, o fortalecimento das instituições que provocariam maior estabilidade dos vínculos de emprego significaria menor liberdade de ação dos empregadores e maior cuidado no recrutamento e na seleção de novos empregados. Mas, ao mesmo tempo, permitiria melhor adaptação dos trabalhadores às características dos postos de trabalho.

A literatura que trata dessa questão da adaptação dos empregados aos postos de trabalho destaca, especialmente, o problema da falta de força de trabalho qualificada como uma dificuldade de importância análoga às da realização dos investimentos em infraestrutura e no desenvolvimento da produção manufatureira doméstica. É preciso, entretanto, distinguir neste assunto a questão mais ampla dos problemas de recrutamento de força de trabalho em geral, especialmente notório nas atividades em expansão, depois de prolongado período de estagnação e desorganização do

mercado de trabalho, bem como dos problemas de recrutamento de força de trabalho altamente especializada e relativamente bem remunerada, que representa uma fração relativamente pequena do conjunto da força de trabalho.

Para ilustrar a magnitude pequena da fração da força de trabalho altamente especializada e bem remunerada, foram considerados na Rais 2003 os empregados ganhando acima de dez salários mínimos; na época, R\$ 2,4 mil. Eram 2,097 milhões de empregados em 29,544 milhões – ou seja, 7,1% de todos os vínculos de empregos registrados pela Rais em 31 de dezembro de 2003. Entre 2003 e 2010, o salário mínimo passou de R\$ 240,00 para R\$ 510,00, um aumento de 112,5%, quando a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) foi de 42,2% ou 5,2% a.a. Portanto, o aumento do poder de compra do salário mínimo foi de 49,5% nos sete anos ou de 5,9% a.a. A retomada do crescimento da economia brasileira foi acompanhada de aumento no poder de compra do salário mínimo bem maior que o aumento na produtividade da economia. O PIB aumentou 35,2% ou 4,4% a.a. Com elasticidade-emprego de 0,5, o emprego e a produtividade teriam aumentado 2,2% a.a. Incorporando a inflação de 42,2% e o aumento de produtividade de 16,5% (2,2% em sete anos consecutivos), dez salários mínimos de 2003 equivaleriam a 7,8 salários mínimos de 2010. Em 2010, 3,123 milhões de empregados ganhavam mais que 7,8 salários mínimos em um universo de 44,068 milhões de empregados da Rais. Ou seja, em 2010, 7,1% dos empregados da Rais ganham mais que 7,8 salários mínimos, sugerindo que a retomada do crescimento não modificou a proporção de empregos mais especializados e mais bem remunerados. Ou seja, o emprego altamente especializado e relativamente bem remunerado cresceu no mesmo intenso ritmo do emprego formal.

A tabela 12 mostra que também não se modificou o perfil ocupacional desses empregados altamente especializados e bem remunerados. Houve apenas uma ligeira diminuição na participação das ocupações de direção e de apoio administrativo e um aumento da participação das profissões de nível superior. São pouco expressivas, mas de nenhum modo insignificantes, as participações na absorção de força de trabalho altamente especializada e bem remunerada de ocupações da produção de bens e de serviços de manutenção e reparação (7,9% em 2010) e de vendas e prestação de serviços (4,1% em 2010).

TABELA 12
Perfil ocupacional dos empregados com salário igual ou maior que dez salários mínimos de 2003 e 7,8 salários mínimos de 2010
 (Em %)

Tipo de ocupação	10 salários mínimos e mais de 2003	7,8 salários mínimos e mais de 2010
Dirigente	16,0	15,3
Nível superior	35,0	37,1
Técnico	15,9	15,2
Administrativo	18,0	15,9
Serviço e venda	3,3	4,1
Agrícola	0,1	0,1
Indústria de processo discreto	4,3	4,5
Indústria de processo contínuo	2,2	1,9
Reparação e manutenção	1,7	1,5
Militares e outros	4,5	4,4
Total	100,0	100,0

Fonte: Rais. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/RAIS_SITIO/oque.asp>.

Elaboração do autor.

Obs.: Dados registrados pela Rais em 31 de dezembro de 2003 e 31 de dezembro de 2010.

A reconstrução do mercado de trabalho a partir da retomada do crescimento da economia envolve um problema geral de adaptação das pessoas aos empregos que vão sendo criados que pode provocar atritos que precisam ser absorvidos de modo positivo para o crescimento da economia e a reconstrução do mercado de trabalho. Os problemas específicos de força de trabalho muito especializada e bem remunerada dizem respeito a uma fração relativamente pequena dos trabalhadores, principalmente os de profissões de nível superior, de cargos técnicos, de direção e de administração. Em 2010, estes empregados muito especializados e bem remunerados eram 25% dos empregados em cargos de direção e de profissões de nível superior, 22% das ocupações típicas das Forças Armadas, 10% dos cargos técnicos de nível médio, 6% dos cargos administrativos e somente 2% das ocupações de produção de bens e de serviços de reparação e manutenção e 1% das ocupações de vendas e de prestação de serviços.

É provável que a continuação do crescimento da economia com maior taxa de investimento acelere o ritmo de crescimento da demanda de força de trabalho mais especializada e bem remunerada. Neste caso, as empresas serão obrigadas a investir mais no treinamento de seus empregados. Este crescimento da economia aumentaria a intensidade do crescimento do número de pessoas ocupadas no extremo superior da distribuição de renda do trabalho, tornando ainda mais importante o aumento

do salário mínimo, os reajustes das categorias profissionais e o aperfeiçoamento da organização dos trabalhadores para evitar que o maior crescimento do PIB e da renda média do trabalho seja acompanhado de maior dispersão relativa, ampliando desproporcionalmente as ainda elevadas diferenças de renda entre os trabalhadores.

4 CONCLUSÃO

O crescimento da economia brasileira em 2004-2008 reativou o mercado de trabalho, melhorou a absorção da PEA, elevou o nível e diminuiu a dispersão relativa das rendas do trabalho. Este movimento da economia e do mercado de trabalho foi favorecido pela situação internacional, especialmente a melhora nos termos de troca do comércio externo brasileiro. A crise mundial, entretanto, modificou o cenário internacional. De um lado, interrompeu a melhora nos termos de troca do comércio exterior brasileiro e, de outro lado, aumentou a concorrência internacional sobre a produção brasileira de bens manufaturados.

Para que continue e se aprofunde a melhora do mercado de trabalho, é preciso alterações no rumo da economia brasileira, controlando a entrada de capital, baixando o nível das taxas de juros, aumentando o preço do dólar em real, cuidando mais de impedir a competição desleal das importações, aumentando a atuação articuladora do poder público, para que ocorram mais investimentos em infraestrutura e no desenvolvimento da produção manufatureira, bem como criando um quadro institucional mais favorável à organização dos assalariados.

O desafio principal é continuar o crescimento do PIB sem melhora nos termos de troca do comércio exterior e enfrentando uma acirrada concorrência internacional sobre a produção doméstica de bens manufaturados para exportação e para o mercado doméstico. Nestas circunstâncias, a produção manufatureira será fundamental para sustentar o crescimento do PIB e a produção manufatureira doméstica para se expandir contribuindo para elevar o poder de compra da renda do trabalho terá de se tornar mais competitiva. Esta expansão da produção manufatureira doméstica requer a ampliação dos investimentos em infraestrutura e no desenvolvimento da própria produção manufatureira.

Um crescimento do PIB com maior taxa de investimento e aumento da produtividade tende a gerar proporcionalmente mais ocupações especializadas e mais bem remuneradas. Dadas as enormes diferenças de renda do trabalho que ainda existem no Brasil, o aumento da fração de ocupações especializadas e mais bem remuneradas contribuiria para acentuar o aumento da média, mas também tenderia não apenas a aumentar a dispersão relativa, a menos que fossem muito intensos os aumentos das remunerações de níveis baixo e intermediário e ocorresse simultaneamente uma redução na fração das ocupações mais mal remuneradas, em favor das que têm remuneração de nível intermediário.

Lograr essas mudanças na composição do emprego e nas diferenças de remuneração do trabalho, necessárias para que a média aumente tanto quanto a produtividade, mas diminuindo a dispersão relativa, é um desafio para o aperfeiçoamento da regulação do trabalho assalariado. Este aperfeiçoamento da regulação do trabalho assalariado envolveria continuar a política de valorização do salário mínimo e facilitar as condições para melhorar a organização dos assalariados, de modo a obter maiores reajustes de salário nas categorias profissionais e reduzir a enorme rotatividade do trabalho, ampliando a fração de postos em que os vínculos de emprego são mais estáveis.

REFERÊNCIAS

ABDI – AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL; NEIT – NÚCLEO DE ECONOMIA INDUSTRIAL E DA TECNOLOGIA. **Perspectivas da indústria brasileira**. Brasília: ABDI, dez. 2011.

BALTAR, P. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. *In*: PRONI, M.; HENRIQUE, W. (Orgs.). **Trabalho, mercado e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

BALTAR, P.; KREIN, J. D. A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado de trabalho no Brasil. **Revista CRH**, Salvador, 2013. No prelo. Disponível em: <<http://goo.gl/Bucbxy>>.

BALTAR, P.; PRONI, M. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão de obra, emprego formal e estrutura salarial. *In*: OLIVEIRA, C. A. B. *et al.* (Org.). **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

BALTAR, P.; MORETTO, A.; KREIN, J. D. O emprego formal no Brasil: início do século XXI. *In*: KREIN, J. D. *et al.* (Org.). **As transformações no mundo do trabalho e os direitos dos trabalhadores**. São Paulo: LTr, 2006.

BALTAR, P. *et al.* **Trabalho no governo Lula**: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. Berlim: GLU, maio 2010. (Paper n. 9). Disponível em: <<http://goo.gl/lpy2HZ>>.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. *In*: SADER, E.; GARCIA, M. A. (Orgs.) **Brasil**: entre o passado e o futuro. São Paulo: Boitempo; Fundação Perseu Abramo, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/Uhn12v>>.

CARDOSO JÚNIOR, J. C. As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 10., 2007, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador: ABET, 2007.

CARNEIRO, R. M. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora Unesp; Editora Unicamp, 2002.

_____. (Org.). **A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula**. São Paulo: Editora Unesp/Editora Unicamp, 2006.

_____. Desafios do desenvolvimento brasileiro. *In*: CARNEIRO, R. M.; MATIJASCIC, M. (Orgs.). **Desafios do desenvolvimento brasileiro**: contribuições do conselho de orientação do Ipea. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/pe1vqk>>.

CASTRO, J. A. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, dez. 2012.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **O balanço das negociações salariais em 2010**. São Paulo: Dieese, 2011. (Estudos e Pesquisas, n. 55).

FARHI, M. Os impactos dos derivativos no Brasil. *In*: MARCOLINO, L. C.; CARNEIRO, R. M. (Orgs.). **Sistema financeiro e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil; Gráfica Atitude, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Nacionais Anual 1992**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

_____. **Sistema de Contas Nacionais Anual 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

_____. **Sistema de Contas Nacionais Anual 1994**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

_____. **Sistema de Contas Nacionais Anual 1995**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

_____. **Sistema de Contas Nacionais Anual 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____. **Sistema de Contas Nacionais Anual 1997**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

- _____. **Sistema de Contas Nacionais Anual 1998**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1998**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://goo.gl/kF8UD0>>.
- _____. **Sistema de Contas Nacionais Anual 2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- _____. **Sistema de Contas Nacionais Anual 2002**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002a.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002b.
- _____. **Sistema de Contas Nacionais Anual 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003a.
- _____. **Pesquisa Mensal de Emprego 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003b. Disponível em: <<http://goo.gl/jCZxD3>>.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003c. Disponível em: <<http://goo.gl/7nM7KJ>>.
- _____. **Sistema de Contas Nacionais Anual 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004a.
- _____. **Pesquisa Mensal de Emprego 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004b.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004c. Disponível em: <<http://goo.gl/KvfvCw>>.
- _____. **Sistema de Contas Nacionais Anual 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005a.
- _____. **Pesquisa Mensal de Emprego 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005b.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005c. Disponível em: <<http://goo.gl/PIX4TR>>.
- _____. **Sistema de Contas Nacionais Anual 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006a. Disponível em: <<http://goo.gl/74KDBU>>.
- _____. **Pesquisa Mensal de Emprego 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006b.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006c. Disponível em: <<http://goo.gl/RBTNdF>>.
- _____. **Sistema de Contas Nacionais Anual 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007a.
- _____. **Pesquisa Mensal de Emprego 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007b.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007c. Disponível em: <<http://goo.gl/6MC1hW>>.
- _____. **Sistema de Contas Nacionais Anual 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008a. Disponível em: <<http://goo.gl/yK9Iug>>.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008b. Disponível em: <<http://goo.gl/rvov66>>.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008c. Disponível em: <<http://goo.gl/exOG6s>>.

_____. **Sistema de Contas Nacionais Anual 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009a. Disponível em: <<http://goo.gl/c8oSka>>.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009b.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009c. Disponível em: <<http://goo.gl/1N1c14>>.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.

_____. **Sistema de Contas Nacionais Anual 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Disponível em: <<http://goo.gl/ZiyhZx>>.

_____. **Sistema de Contas Nacionais Anual 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011a. Disponível em: <<http://goo.gl/ZABPwr>>.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011b.

_____. **Sistema de Contas Nacionais Anual 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012a. Disponível em: <<http://goo.gl/ZxZMnZ>>.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012b. Disponível em: <<http://goo.gl/t1hraI>>.

IEDI – INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. A dupla assimetria cambial e os efeitos sobre a indústria brasileira. **Carta Iedi**, São Paulo, n. 516, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/lvINS7>>.

LEONE, E.; BALTAR, P. População ativa, mercado de trabalho e gênero na retomada do crescimento econômico (2004-2008). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu, Minas Gerais. **Anais...** Caxambu: Abep, 2010.

LOPES, E. **Desigualdade e polarização da distribuição de renda no Brasil e no estado de São Paulo: 1992-2007**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MACAMBIRA, J. (Org.). **O mercado de trabalho formal no Brasil**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.

MARCOLINO, L. C.; CARNEIRO, R. (Orgs.). **Sistema financeiro e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil; Editora Gráfica Atitude, 2010.

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro**: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. Brasília: Ipea, 2007. (Texto para Discussão, n. 1255). Disponível em: <<http://goo.gl/RXaMKU>>.

SARTI, F.; HIRATUKA, C. **Desenvolvimento industrial no Brasil**: oportunidades e desafios futuros. Campinas: IE/Unicamp, 2011. (Texto para Discussão, n. 187). Disponível em: <<http://goo.gl/M3ElsK>>.

TAFNER, P. (Ed.). **Brasil**: o estado de uma nação – mercado de trabalho, emprego e informalidade. Brasília: Ipea, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/WA6zr7>>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BALTAR, P.; LEONE, E.; BORGUI, R. Diferenças de renda do trabalho no Brasil: 2004 e 2007. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 11., 2009, Campinas, São Paulo. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2009.

BALTAR, C. **Economic growth and inflation in an open developing economy**: the case of Brazil. 2013. Dissertation (Ph.D.) – University of Cambridge, Cambridge, 2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Globalização e competição**: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. S. O. S. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de economia política**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 663-686, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/w4ZvMC>>.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Reginaldo da Silva Domingos

Revisão

Ângela Pereira da Silva de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Leonardo Moreira Vallejo

Marcelo Araujo de Sales Aguiar

Marco Aurélio Dias Pires

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Bárbara Seixas Arreguy Pimentel (estagiária)

Tauãnara Monteiro Ribeiro da Silva (estagiária)

Editoração

Bernar José Vieira

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniella Silva Nogueira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Diego André Souza Santos

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de
Assuntos Estratégicos

